



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2024

Ata n.º 35

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de dezassete de setembro, sendo a Mesa Composta por: ---  
Presidente da Assembleia Municipal: Francisco José Pereira de Oliveira; -----  
Primeira Secretária: Cláudia Sofia Pais Raimundo; -----  
Segundo Secretário: José Manuel Guerreiro Vila-Nova; -----  
e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO UM:** Tomada de conhecimento dos apoios concedidos às Juntas de Freguesia do concelho; -----

**PONTO DOIS:** Tomada de conhecimento referente à Informação Semestral Económica e Financeira; -----

**PONTO TRÊS:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente à **Concessão da Rede de Transportes Urbanos de Albufeira (rede Giro)** - Aprovação da minuta de contrato interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar com a Comunidade Intermunicipal do Algarve - AMAL, no âmbito do serviço público de transporte de passageiros para aplicação do Programa Incentiva + TP nos serviços de transporte municipal urbano de Albufeira; -----

**PONTO QUATRO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da câmara Municipal, da autorização prevista no n.º 1 do artigo 13.º, do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, referente à proposta de **"Alteração à delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Aldeia de Paderne"**; -----

**PONTO CINCO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da câmara Municipal, da autorização prevista no n.º 1 do artigo 13.º, do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, referente à proposta de **"Alteração à delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Antigo de Albufeira"**; -----

**PONTO SEIS:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da proposta **"Programação para 2025 - A ACTA - A Companhia de Teatro do Algarve"**; no valor de 18.000,00€; -----

**PONTO SETE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da **Candidatura "Estabilização da Arriba e Requalificação de Muros entre a Praia dos Pescadores e a Praia do Peneco"**,



no âmbito do Aviso n.º PACS-2024-3 - Proteção e defesa do Litoral - ações materiais e imateriais, com o valor de 2.901.067,90€ + IVA; -----

**PONTO OITO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos do Concurso Público para a Prestação de Serviços de Desinfestação no concelho de Albufeira**, pelo valor de 244.00,00€ + IVA; -----

**PONTO NOVE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos do Concurso Público, com Publicação no JOUE para Fornecimento de Energia Elétrica em BTE e MT para os Edifícios do Município de Albufeira**, pelo valor de 3.753.000,00€ + IVA;

**PONTO DEZ:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da **3.ª Revisão - Alteração Modificativa das Grandes Opções do Plano** (Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes) 2024-2028; -----

**PONTO ONZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da **3.ª Revisão - Alteração Modificativa ao Orçamento e ao Plano Orçamental Plurianual 2024-2028**, incluindo a 3.ª alteração ao Mapa de Pessoal, incluindo Plano de Recrutamento; -----

**PONTO DOZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho referente à **repartição de encargos do procedimento "Empreitada de Execução de Coletor de Meia Encosta Poente"**, pelo valor de 1.900.973,68€; -----

**PONTO TREZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho referente à **repartição de encargos, ao procedimento "Concurso Público para Execução da Empreitada de Remodelação de Rede de Abastecimento de Água Rua Antero de Quental"**, pelo valor de 900.000,00 € + IVA; -----

**PONTO CATORZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea p), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro referente ao **Concurso Público por lotes para a Atribuição de Concessão de Utilização do Domínio Público Marítimo, Instalação e Exploração de Apoio de Praia Municipal Completo com Equipamento Associado, para Lote 1: Unidade Balnear 1 da Praia das Belharucas — UB1, Lote 2: Unidade Balnear 1 da Praia da**



**Oura — UB1 e Lote 3: Unidade Balnear 1 da Praia da Oura Leste — UB1;**-----

**PONTO QUINZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos do Concurso Público com Publicação no JOUE para Fornecimento Contínuo de Frutas e Produtos Hortícolas para as cantinas Escolares do concelho de Albufeira, Jardins de Infância, escolas do 1.º ciclo do ensino básico e para outras atividades da Divisão de Educação**, até ao limite de 440.00,00€ + IVA; -----

**PONTO DEZASSEIS:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos do Concurso Público com Publicação no JOUE para Fornecimento Contínuo de Refeições e Lanches Escolares para EB1/JI dos Olhos de Água, EB1 de Vale Carro, EB1,2,3 da JI da Guia, JI de Ferreiras e JI de Vale Serves**, até ao limite de 748.00,00€ + IVA; -----

**PRESENCAS:** Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francisco José Pereira de Oliveira, Raúl Manuel Soares Ferreira, Carlos Sérgio Freire Quintino, Inês Pinto da Mota de Barbosa Mendonça, Mónica Filipa Dâmaso Félix Coimbra, Teresa Cristina da Palma Neto, Domingos Manuel Martins Coelho, David Antony Ferreira, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Luna Silva, Carla Cecília de Oliveira Agapito Valério, Luis Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Margarida Maria Jorge Guilherme, Cláudia Sofia Pais Raimundo, André Jorge Pardal Milheiro Lima, José Manuel Guerreiro Vila-Nova, Carlos Manuel Brito Mendes, Carla Alexandra Sousa Bentes Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da freguesia da Guia - Dinis Nascimento e de Paderne - João Ruaça. -----

**Faltas:** Helena Simões, Antonieta Dias, Leonardo Paço. -----

**Substituições:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros e devidamente justificados, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, teresa Neto, David Ferreira e Carla Valério. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Cristiano José da Ponte Cabrita, Victor de Oliveira Ferraz. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube. -----

**PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----**

Ana Pífaro: "Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, caros membros da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal de Albufeira, estava longe de imaginar o meu regresso a esta Assembleia ainda mais nestas circunstâncias, no entanto, após as graves suspeitas que foram lançadas em relação ao trabalho e ao meu bom nome, na sessão do dia nove de setembro, outra coisa não podia fazer senão vir aqui rebater as mesmas. Se bem que uma simples consulta ao processo seria suficiente para esclarecer todas as dúvidas, mas infelizmente, vivemos numa era em que é demasiado fácil lançar suspeitas, apontar o dedo e colocar em causa o nome daqueles que, com muito sacrifício pessoal e familiar desempenham ou desempenharam cargos políticos. Para esclarecer os munícipes de Albufeira informo que o chamado Hotel W foi licenciado através do processo sete T dois mil e três. A primeira aprovação de arquitetura teve lugar em dois mil e cinco, tendo sido emitido o alvará de obras de construção em dois mil e sete, válido até vinte de maio de dois mil e dezassete. A obra iniciou-se e terá parado algures em dois mil e oito, ficando abandonada durante vários anos. Em dois mil e quinze, o empreendimento terá sido adquirido por um novo promotor, há um novo projeto, é atribuída a classificação de PIN, projeto de interesse nacional, classificação atribuída pelo Estado Central e não pela autarquia. Ser um projeto PIN significa ter prioridade ao nível de licenciamentos e autorizações. Já com o novo promotor, em outubro de dois mil e dezasseis deu entrada um pedido de alteração e ampliação do referido processo, o qual foi aprovado em reunião de Câmara em março de dois mil e dezassete e emitido alvará de obras de construção em maio de dois mil e dezassete. Ora, quando o projeto é aprovado e emitida a licença de construção, eu não desempenhava funções nem como membro do executivo da Câmara Municipal de Albufeira, nem como membro da Assembleia Municipal de Albufeira, não tendo por isso, participado em nenhum dos atos atrás referenciados. Já com licença de construção emitida e deduzo que com a obra em curso tomei posse em outubro de dois mil e dezassete, mandato que exerci até outubro de dois mil e vinte e um, tendo nesse mandato sido responsável pelo pelouro, entre outros, das obras particulares. No âmbito do processo em causa participei nos seguintes atos de relevo: em vinte e nove de janeiro de dois mil e dezanove deu entrada um pedido alterações no decurso da obra. Essas alterações no decurso da obra foram aprovadas em reunião de câmara a um de outubro de dois mil e dezanove, oito meses depois de terem sido solicitadas. O pedido de emissão



de alvará de obras foi aprovado em reunião de câmara de três de março de dois mil e vinte e treze meses depois do pedido inicial, o alvará foi emitido em dezasseis de junho de dois mil e vinte, dezasseis meses depois do pedido inicial. Em catorze de outubro de dois mil e vinte e um sessei o meu mandato nesta Câmara. A vistoria e a emissão de licença de utilização do empreendimento foram emitidas no ano dois mil e vinte e dois, quando eu já não exercia funções nesta Câmara. Em suma, a minha participação neste processo foi escassa, uma vez que a alteração e ampliação ao projeto apresentado pelo novo promotor foi aprovado numa altura em que eu não fazia parte do executivo e da Assembleia Municipal. Durante o meu mandato, a obra já estava em curso e os atos praticados pelo executivo foram basicamente a aprovação de alterações no decurso da obra, prorrogações de prazo da mesma e continuação dos trabalhos durante o período de verão. Tudo decisões tomadas em reunião de Câmara com base na informação dos serviços e entidades externas. O meu voto na reunião de Câmara valia o mesmo que qualquer outro membro do executivo, não tinha mais valor por eu ter o pelouro das obras particulares. Durante os anos que desempenhei funções nesta Câmara, fi-lo com dedicação, trabalho, responsabilidade e empenho em prol de todos os que vivem e habitam em Albufeira e nunca por interesses próprios." -----

Marcelo Amorim: "Boa noite, sou pastor Marcelo Amorim da igreja manancial da plenitude, já estamos aqui algumas dezenas de anos, contribuindo para o município, de forma assídua, nós sempre apoiamos o município, porque nós entendemos que a religião e política não anda junto, mas há uma parte fundamental da política, em abrir caminho, no que diz respeito a estrutura, e a igreja na formação humana e de pessoas. Tendo em vista a relevância da Igreja, no município, nós estamos aqui há treze anos, trabalhando com os jovens, ajudando em pacificação de questões familiares, ajudando pessoas toxicodependentes a se livrarem desses vícios, enfim, jovens a estudarem, temos dezenas de jovens na nossa igreja que já se formaram e, também estão se formando. E a igreja, tem uma obrigação moral, com o município de Albufeira, e nós estamos aqui, porém, há uma dificuldade muito grande em relação ao município, em ter essa interação connosco. Eu confesso que, a instituição, ela não tem, nem um ónus para a Câmara ou para o município, de forma geral, muito pelo contrário, nós na Igreja Evangélica, nós incentivamos pessoas a serem investidores e, assim contribuir com o município e também criando postos de trabalho. E todas as vezes que eu venho aqui na Câmara Municipal, eu confesso que eu me sinto frustrado por não haver essa interação, muito pelo contrário,



às vezes eu vejo uma falta de interesse, eu vejo que talvez possa ser um preconceito, ou uma certa xenofobia, que é relevado e, de uma forma bem subtil, que é pela indiferença. Então estamos aqui esta noite, juntamentos com um grupo de líderes da nossa comunidade e, diga-se de passagem, isto não se trata de uma cultura brasileira, como vocês estão ouvindo a minha voz, mais sim, de uma cultura onde nós conseguimos agregar raças, línguas, outras comunidades como suíços, ingleses, africanos, portugueses, então a Igreja, ela tem esse papel fundamental de criar valores e direcionar pessoas, como jovens que se informam e que muitas vezes não tem como ficar aqui, devido à situação que se encontra o município e assim por diante. Eu como ministro do evangelho, eu tenho de ter a responsabilidade, porquê? Eu vivo pela fé, a bíblia diz que todas as autoridades foram constituídas por Deus, e deixa bem claro que quando os governantes são justos o povo se alegra. Mas quando os governantes não são bons o povo geme. E há uma percentagem muito grande no município que esta gemendo, onde vocês não conseguem chegar, nós chegamos até essas pessoas. Porém, o que eu vim pedir aqui, foi um reconhecimento da instituição como utilidade pública, conforme a resolução da Assembleia da República oito seis barra zero barra A, dois mil e dezanove, do artigo vinte e seis ao artigo trinta, que nos traz a clareza, sobre o que era a igreja, como sendo uma instituição de utilidade pública. E isso, nós temos com sentido de contribuir com a cidade de Albufeira, então com qualquer outra pessoa aqui, nós queremos o bem de Albufeira, porque amamos este lugar. Seja imigrantes ou não, escolhemos estar aqui, só que eu peço aos senhores que olhem para nós e nos ajudem, porque nós estamos vendo que a situação, eu não gosto de estar aqui, porque eu não sou político, eu sou pastor, então como eu disse, política e religião não se misturam, só que a situação me constrange e, me trás até aqui para falar com os senhores, então peço atenção do município nessa questão, e desde já agradeço e também já quero pedir desculpa que daqui a pouco tempo nós vamos sair porque temos o compromisso junto da comunidade evangélica no Vale de Santa Maria.”-

Suzan Fartaj: “Boa noite a todos, eu venho por parte do movimento cívico, venho aqui lembrar que o grupo foi criado por um grupo de pessoas residentes de Albufeira há cerca de três meses e teve um crescimento muito rápido e orgânico em pouco tempo. Foi natural para as participantes do grupo, suscitou alguma curiosidade por parte da população e rapidamente passou a ser uma atividade de interesse que reuniu todos os elementos que quiseram participar dentro deste grupo. Foi há três meses, portanto, foi



antes do início do verão, os elementos que geriam o pequeno grupo de WhatsApp chegaram à conclusão que não seria altura ideal para começarem a participar, de alguma forma a fazer crescer aqui o interesse sobre algumas questões que foram suscitadas durante esse debate no WhatsApp. Sei que é assustador para as organizações estabelecidas na sociedade, verificar que numa pequena iniciativa, às vezes ingénua, mas com vontade e com gosto em realmente debater alguns assuntos, perceber e tentar ajudar, que tenha crescido de tal forma que as pessoas ficam curiosas, ficam assustadas, ficam cismadas enfim, uma série de sentimentos que isso possa suscitar. Quero dizer que grupo nessa altura, decidiu interromper o debate no WhatsApp, porque chegou-se à conclusão que, de repente, os debates cresciam de forma às vezes descontrolada e não era possível fazer uma triagem dos assuntos que seriam úteis para a sociedade, porque é um movimento cívico, não é o movimento político, nem religioso. Portanto, decidiu-se interromper a atividade, fez-se uma listagem criteriosa dos assuntos que seriam de interesse geral e não particular, essa listagem foi feita e após essa lista decidiu-se fechar o grupo de forma que todos os participantes pudessem também fazer os seus trabalhos, porque estávamos em época alta de turismo, como sabem, todos trabalham direto ou diretamente de forma muito dedicada ao turismo, portanto, fez-se essa interrupção. Houve uma abordagem para o Senhor Presidente que é o líder da Câmara, portanto, não poderia ser outro elemento, não podia ser um elemento político, como já disse é natural, quando há um assunto a debater da parte da sociedade, falar-se com o elemento representante do município. O senhor Presidente, na altura pediu ao grupo apoio para de forma urgente, para um problema que iria acontecer, que era a questão da segurança durante o período de verão. Nós sabemos que em todo país o turismo cresceu, há uma necessidade muito maior de capacidade de resposta em todo o país e nós tínhamos aqui em Albufeira um tipo de turismo que exige uma intervenção muito mais pró-ativa, de todos os tipos de policiamento, portanto, ele pediu nos ajuda nesse sentido e, de facto, reuniu-se o número suficiente de assinaturas para que a Ministra da Administração Interna pudesse vir visitar o nosso concelho, eventualmente fornecer esses elementos por pressão, eventualmente, nós não sabemos. O facto é que houve esta dinâmica positiva, julgo eu, passou o Verão, nós viemos aqui à Assembleia dizer que reativamos o grupo, já está aberto naquela questão de debate no WhatsApp, que acaba por falar sempre do mesmo. A listagem está feita, já se reuniram os dados e, nós queremos dizer que estamos aqui outra vez, de volta para pedir a todos os presentes,



não é só o Senhor Presidente, mas todos os presentes, sejam deputados, sejam vereadores, seja a população geral que, participem positivamente naquilo que é, pelo menos, algumas regras para que esta sociedade seja regrada, que as regras se cumpram, porque senão vai ser uma desordem total e ninguém segura os problemas que vão surgindo na sequência deste tipo de excessos que nós estamos a ter, queremos manter o turismo positivo e que contribua para os nossos trabalhos, nossos empregos, não queremos um turismo que seja destrutivo, está descontrolado, portanto, estamos aqui para dizer que estamos em trabalhos novamente." -----

-----  
Helena Guerreiro: "Boa noite a todos, como a Susan disse, estamos aqui outra vez e estamos no final do verão, no final de uma época balnear, praticamente com muito trabalho, felizmente, mas também muitos desafios, apesar de ainda não ter terminado para muitos, infelizmente, não é. Nós já nos estamos a preparar para o próximo ano. Grande parte da contratação turística para o próximo ano já se encontra em curso e já começaram, felizmente também a cair reservas, contudo, eu constato com pessoas, que também conheço da área do turismo que, o destino continua a ser muito procurado por jovens e por grupos massivamente até mais agora nesta altura, talvez porque também já sabem as férias escolares e grupos. Também vinha cá hoje, referir que é urgente que sejam aprovados e colocados em vigor os regulamentos de conduta, que tanto se fala, como as respetivas coimas associadas, julgo eu, que devem estar previstas, mas também a sua divulgação nos promotores do destino, e nos meios de comunicação nacionais e estrangeiros, como à semelhança do que se está a fazer em outros destinos com problemáticas idênticas à nossa, quando digo problemática estou a falar da questão do turismo de excessos, de festas e de outras coisas, portanto, os nossos vizinhos espanhóis, já costumo receber imensas notícias de outros destinos e de outras cidades que também têm certos tipos de problemas e que eles próprios também já tem numa série de regras associadas e, estão a divulgá-las nos meios de comunicação, portanto, isto é uma forma, penso eu, de dissuadir, mas também de moderar os comportamentos de certas pessoas. Face ao exposto queria questionar o Senhor Presidente, e ao senhor Vice-Presidente, queria saber qual dos dois é que poderia explicar melhor, em que passo é que isso estava, relativamente ao código de comportamentos, exatamente em que fase é que está? Se me pudesse informar, quando é que somos chamados a participar? Houve uma série de pessoas que se mostraram interessadas e enviámos para a Câmara que



estariam interessados em participar, para quando é a previsão de sermos chamados a participar? E uma previsão de entrada em vigor. As mesmas perguntas queríamos fazer relativamente à alteração do regulamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e prestação de serviços, se possível, e relativamente ao regulamento do ruído ambiental, as mesmas perguntas, portanto, basicamente, em que fase é que está, quando é que somos chamados a participar, e a previsão de entrada em vigor. Senhor Presidente, queria mesmo pedir que, de uma vez por todas, que a câmara terminasse estes procedimentos destes três regulamentos, um é novo, os outros dois já aqui andam há algum tempo, pelo menos já se fala desde dois mil e dezanove, alterações aos horários e à questão do ruído, porque, acho que só assim. E os mesmos também têm de ser monitorizados, aplicados e verificar a sua eficácia, só a existência dos regulamentos, se calhar, não chega e a fiscalização tem que ter um efeito também pedagógico, preventivo, mas também punitivo para que não haja aqui uma sensação de falta de controle e que a lei não protege também a população, portanto, eram estas as questões." -----

Bruno Guerreiro: "Boa noite, gostava de perguntar se era preciso termos chegado a tribunal com uma intimação para termos a resposta em relação aos documentos que a nossa empresa requereu. Agradeço imenso, já nos terem chegado às mãos ontem, mas ressalvar que, mesmo assim, a Câmara conseguiu só pôr com o ponto décimo quarto e décimo quinto da vossa oposição, onde explicam e passo a citar, " do acervo documental remetido ao município de Albufeira pala APA, em cumprimento do disposto número quatro do artigo décimo segundo do referido decreto-lei, noventa e sete, dois mil e dezoito de vinte e sete de novembro constam apenas cópias dos processos administrativos, pelo que o fornecimento dos documentos que a autora requereu, importaria a extração de cópias das cópias sem garantia de fidedignidade quanto à reprovação dos respetivos originais que a Câmara não possui". Isto é a vossa primeira resposta, ontem cumpriram, venho agradecer por terem cumprido. Em relação ao direito de preferência que já foi aqui várias vezes explanado, passo a citar uma intervenção do excelentíssimo Senhor Vice-Presidente numa Assembleia Municipal onde ele responde à deputada Luna Silva e menciona, " porque a lei permite que findo o prazo de concessão, o concessionário possa legalmente manifestar o seu interesse e, portanto, ao fazer essa manifestação de interesse até a Câmara Municipal abrir novamente o concurso, ele poderá efetivamente lá exercer essa atividade". Gostava de relembrar ao Senhor Vice-



Presidente que a lei em Portugal é só uma e, no artigo vinte e quatro, no ponto oito, é bastante clara. Diz, se o antigo titular manifestar à autoridade competente, o interesse na continuação da utilização, o prazo do título de utilização pode ser excecionalmente prorrogado até à decisão final do procedimento concursal, não podendo, em qualquer caso, a referida prorrogação exceder o prazo máximo de cinco anos. Relembra que o direito de preferência era válido se a Câmara tivesse aberto um procedimento concurso em tempo. A Câmara não abriu procedimento concursal em tempo, como tal, o mesmo caducou com a vigência do contrato original que foi feito pela Apa no dia um de janeiro de dois mil e dois, pelo prazo de vinte anos. Em relação à competência dos serviços, pois olhe, é o que é, esperava que o Senhor Presidente pudesse chegar a mão aos concursos públicos, porque parece que nove meses é tempo de mais para qualquer investidor esperar. São nove meses, isto acabou no dia nove de fevereiro. Estamos a vinte e sete de setembro e, estamos há cento e vinte e sete dias à espera de resposta em relação à nossa pronúncia em audiência prévia. Cento e vinte e sete dias, são quatro meses e meio. E agora, já agora, vou aproveitar o tempo, tenho dois minutos, para responder a uma senhora deputada, que na última Assembleia Municipal, veio aqui mencionar que havia um grande clima de suspeição sobre os políticos. A questão é que, eu também estou envolvido na política e, infelizmente, muitos de nós é que, damos mau nome ao que fazemos, porque nós estarmos em cargos públicos não significa que tenhamos competência, e não preciso de explicar aqui, nem ao PS, nem o PSD, nem o CDS, como é que se ganha uma concelhia, temos concelhos aqui ao pé, onde membros militantes de certos partidos através de associações, ganham as concelhias, alguns deles até chegam a deputados, não quer dizer que eles sejam competentes, disse." -----

Irina Kolesnikov: "Boa noite, sou cidadã portuguesa e residente, como a minha família, na Rua da Alfarrobeira, em Albufeira e estou aqui em representação dos moradores do prédio onde resido para que expor à Assembleia Municipal de Albufeira, a situação deplorável, de distúrbio que é causada pelo barulho constante que somos obrigados a suportar durante todo o dia, todos os dias e durante a noite, todas as noites no prédio. O mal-estar é provocado pela associação CASA de Albufeira, centro de apoio aos sem abrigos, que é administrada pela Câmara Municipal de Albufeira. A nossa intervenção de hoje é justificada depois das inúmeras exposições já reportadas sobre este assunto, através de múltiplas cartas e ofícios, nomeadamente via eletrónica que vem sendo enviadas ao Presidente da Câmara há mais de um ano, ou seja, desde dois mil e vinte e



três. Apesar de todas as exposições feitas por escrito, a situação de mal-estar e de desrespeito pelos munícipes que habitam no prédio permanece até data de hoje, sem qualquer intervenção, uma ação por parte da Câmara Municipal de Albufeira. Estamos todos os dias perturbados com todo o tipo de ruído, gritos, bater das portas das instalações, bater das portas das escadinhas dos funcionários, etc. Tudo isto não apenas durante o horário de funcionamento, mas também nas horas de reforço entre as nove e a meia-noite. Os funcionários do centro, para além de gritar constantemente, alimentam as discussões e as agressões verbais entre os utentes do centro, durante o seu funcionamento. Os moradores do prédio dirigiram-se várias vezes aos funcionários do centro para pedir que fizessem menos barulho, já que trata de pessoas com famílias, com crianças ao seu cargo e que tem direito ao sossego, descaso e paz, não apenas durante o dia, mas, sobretudo durante a noite, quando precisam de dormir para acordarem cedo no dia seguinte. Os moradores têm pedido apenas que respeitem um direito fundamental da vida humana, como previsto no artigo setenta do Código Civil e nos artigos, números segundo e vigésimo segundo da lei do número onze barra oitenta e sete de sete de abril, assim como no decreto-lei número nove barra dois mil e sete de dezassete de janeiro. Não obstante, os inúmeros pedidos por parte de residentes dos prédios, os funcionários agem dolosamente, aumentando ainda mais o barulho e ruído, ignorando os cidadãos residentes em violação clara dos deveres de legalidade e boa-fé, incorrendo ilícito, conforme alínea no número segundo artigo quinhentos e quarenta e dois do Código Processo Civil. Para além do desrespeito para quem trabalha no centro, em resposta aos vários pedidos feitos à Câmara Municipal para adoção de medidas destinadas a minimizar o impacto do ruído, a resposta da Câmara passo a citar, alertámos para o facto do ruído das pessoas no CASA ou rua, pelo que quem tem de atuar são as forças policiais, no caso a GNR, pelo que deve chamar a GNR sempre que o ruído acontecer entre as vinte e três e as sete horas. A resposta revela um dos muitos aspetos de total irresponsabilidade da Câmara em relação aos seus deveres básicos para com os munícipes. Relembro que cabe, em especial à autarquia local no quadro das suas atribuições e competências e por ser um centro que é administrado pela Câmara Municipal, tomar todas as medidas adequadas para o controlo e minimização dos incómodos causados pelo ruído, resultantes das atividades que ocorrem sobre a sua responsabilidade, orientação ao abrigo do número três do artigo quatro do decreto-lei nove barra, dois mil e sete de dezassete de janeiro, ou seja, a Câmara Municipal lava as



mãos das responsabilidades que lhe compete e, para além disso, diz respeito claramente a lei, para além da total irresponsabilidade da Câmara na gestão do centro, o prédio onde o centro se encontra instalado não possui qualquer tipo de isolamento acústico nas lajes entre pisos, uma situação que é agravada pela pouca espessura das paredes exteriores e interiores de alvenaria. Por essa razão, entendemos também como é que a Câmara Municipal de Albufeira pode ter licenciado, um estabelecimento com estas características num prédio, cuja utilização é sobretudo, residencial. Por essas razões apontadas que se resume na total irresponsabilidade de gestão do centro, sem qualquer respeito pela lei e no total não adequação da legislação vigente das instalações, entendemos que a única solução que afeta gravemente a sua saúde física e mental de todos munícipes, é o encerramento da atividade associação CASA, no atual local. Trazemos aqui à Assembleia Municipal este problema que já tem um longo historial de exposições escritas que foram feitas à Câmara municipal. A Câmara Municipal não é capaz, ou não quer resolver este problema, não sendo resolvido aqui, em Assembleia Municipal, não nos resta outra alternativa que recorrer a via judicial. E para terminar coloco as questões presentes e as seguintes questões, porque nós somos munícipes de Albufeira, somos ignorados quando pedimos que seja respeitado o nosso direito fundamental, de viver em paz e poder descansar para trabalhar? Porque é que a Câmara Municipal que gere aquele centro não assume as suas responsabilidades e deixa de aconselhar os residentes do prédio para se dirigirem à GNR para se queixarem do ruído que a Câmara Municipal provoca? Como é possível num prédio residencial, na sua maioria, situado em zona residencial e num espaço tão apertado e sem condições a Câmara Municipal pratica uma atividade pública prejudicando moradores que trabalham, famílias com crianças e a paz de todos. Só para terminar, de que serve ajudar a uns à custa de prejudicar os outros? Porque é que a Câmara não cede um edifício da sua propriedade para realizar um serviço público do centro em condições e com espaço, higiene e deixando viver em paz os munícipes." -----

Ricardo Correia: "Senhor Presidente, a minha pergunta é dividida em duas partes. Este ano já decorreram duzentos e setenta dias, em que as piscinas municipais estiveram abertas, cerca de cinquenta dias úteis, o que tem levado a muitos munícipes a procurarem outros concelhos para praticarem atividade física. Assim gostaria de saber quando é que as piscinas municipais irão reabrir e, em segundo lugar, gostaria de perguntar qual o



motivo de outras entidades estarem a utilizar as piscinas em detrimento dos munícipes?”

-----

Presidente da Câmara: “Boa noite a todos, agradeço as vossas questões aqui levantadas, algumas são pedidos de esclarecimento, outras são perguntas, e outras são afirmações. A Dra. Ana Pífaro constatou um facto, fez a sua defesa daquilo que foi alvo na última sessão da Assembleia. O senhor Marcelo Amorim, quero lhe esclarecer que não há aqui preconceitos, nem sentimentos de xenofobia, não há nada disso, é bom que se diga, evidentemente que todo o papel que é feito por este grupo de cidadãos é digno de registo, é louvável, com certeza que é, mas aquilo que me pediu no outro dia é impossível, é impossível cumprir, tanto com este grupo de cidadãos, como já disse como com outro grupo qualquer, como com outra atividade, seja ela de uma forma, seja ela religiosa, seja cívica, seja social, seja qualquer coisa que for. Até inclusivamente, com aquilo que se passa num edifício qualquer, construído ou colocado pela Câmara Municipal, nem a Câmara Municipal o pode fazer. Portanto, era bom que realmente acontecesse a possibilidades de isso ser possível, evidentemente que sim, mas não só para vocês, como todas as pessoas, todas as entidades e grupos de cidadãos, de uma forma ou de outra, solicita para colocar espaços para desenvolver a sua atividade. É com todo o sentido de responsabilidade e até de serviço aos outros, que a Câmara Municipal, estará ao lado da entidade no sentido de apoiar na atividade, desde que seja uma atividade nobre, que é aquela de ajuda os mais carenciados, aos jovens, os idosos, tudo aquilo que disse há pouco, o que é de louvar, como já disse. Agora temos os nossos limites, temos as nossas regras a cumprir, porque o que me foi dito foi, que estava numas instalações, que tinha de sair até daqui a dois ou três meses, tinham adquirido um terreno para colocar lá um espaço para fazer o vosso culto. Ora, não é possível colocar uma casa pré-fabricada ou não, independentemente do que é que ela seja, porque o terreno não é um terreno de apetência construtiva para, portanto, e daí quer seja esta entidade, quer sejam um privado, quer seja uma outra entidade qualquer, até entidade pública, isso não é possível. Só para dizer que, continuamos a apoiar naquilo que for necessário e naquilo que for possível, agora, dentro das nossas limitações e das nossas regras que temos de cumprir. A senhora D. Susana e a senhora Helena Guerreiro, manifestaram-se no sentido de reativar alguma atividade que esteve, entretanto, suspensa durante algum tempo e que, iniciou com alguns comportamentos menos dignos que teria havido por volta do mês de julho. Evidentemente que tudo isso foi positivo, é positiva a vossa atividade, a vossa



ação, o que é certo é que, enfim, na altura até fui eu que, solicitei, como entendiam isso, que fomentassem a elaboração de um abaixo-assinado, numa proposta que foi-me entregue e enviei imediatamente para a senhora Ministra da Administração Interna, que posteriormente se deslocou até Albufeira, teria sido por essa razão ou não, não interessa, veio, ajudou a resolver alguns problemas que estavam prementes, outros já estava em andamento. Nós, Câmara Municipal, fizemos variadíssimas ações interventivas, no local no sentido de demover esse tipo de comportamentos e conseguiu-se, penso que se conseguiu e às vezes o falar muito, estamos a exagerar e estamos precisamente a fazer um mau marketing do destino. É muito mau. Digo sempre que não podemos esconder a cabeça na areia, não podemos esconder os problemas debaixo do tapete, sabemos que eles existem, sabemos que alguns problemas, tal qual como em outros concelhos, não existe violência Albufeira, é bom que se diga, reparem durante o verão inteiro, praticamente não houve notícia que houvesse alguma coisa e reparem que os jornais, as televisões, estão com o foco concentrado em Albufeira, independentemente de haver pessoas que até quisessem que isso viesse a acontecer, por outras razões, a mim não me demove as questões políticas, a mim demove é as questões sociais, as questões do concelho, as questões do destino turístico. Podia ser uma localidade sem ser de índole turística, podia ser de outra atividade qualquer, mas aqui, neste caso, é o turismo e somos procurados por muitos outros. Tivemos e estamos a ter ainda, por aquilo que os operadores dizem, por aquilo que as associações empresariais falam, analisando os números e as ocupações, temos tido um verão bastante produtivo em termos de hotelaria, portanto, não podemos estar aqui a dizer uma coisa que correu bastante bem, estar a dizer que vamos recomeçar, evidentemente que temos de continuar a resolver os problemas. Tivemos várias ações, inclusivamente junto com a GNR, tivemos vigilâncias, com o acompanhamento da Polícia Municipal e da Proteção Civil, o que deu logo uma abrangência grande em termos de fardas e isso demoveu. Tivemos a colocação, e foi notório, das câmaras de videovigilância, falta apenas um pequeno pormenor, que está do lado da GNR, a nossa parte está resolvida, mas já lá estão. Tivemos o reforço da Guarda Nacional Republicana através dos cavalos, através das patrulhas com cães, o que veio também ajudar a resolver o problema. Fiz reuniões com os empresários dos bares, onde aconteceu aqueles atos e eles ficaram bastante sensíveis e, a partir desse momento não tornou a acontecer, fiz reuniões com as associações empresariais no sentido de demover os seus associados e não só, e outros colegas, no



sentido de demover, de autorizarem determinado tipo de comportamentos dentro dos estabelecimentos, portanto, houve aqui uma série de ações, a par disso, colocámos quer na Oura, quer na baixa da cidade, um posto de atendimento quer dos Bombeiros Voluntários de Albufeira ou da Cruz Vermelha, no sentido de atender pequenos pormenores de ferimentos ou coisa parecida ou outros aspetos que pudessem ser resolvidos logo ali para evitar que houvesse deslocalização de ambulâncias para perder tempo e assim resolver os imensos casos durante o verão todo, quer num lado quer noutro. Evidentemente, começam a surgir reservas, para o próximo ano. Falou também de grupos de jovens, pois não sei como é que se há de se contrariar, não receber grupos de jovens, não sei se isso é possível. Relativamente aos códigos que estão a ser tratados, códigos dos comportamentos, do regulamento dos horários e o regulamento do ruído, todos esses regulamentos como têm eficácia externa têm de ser objeto, numa determinada altura, de audição pública. Acho muito importante que haja essa participação, podem a participar ativamente no sentido de sugerir alterações, sugestões. Evidentemente que estes regulamentos deverão estar prontos em princípio fevereiro, digamos assim, do ano dois mil e vinte e cinco, mais tarde depois começa a ser bastante tarde. Esperamos que as coisas para o ano se iniciem bem e também é importante que os empresários tenham alta responsabilidade nisto. E os empresários, não só dos bares, que recebem toda a gente em qualquer estado e, em qualquer situação de indumentária, não devia fazê-lo, se fosse eu o dono do estabelecimento não o faria. Por outro lado, também há aqueles que recebem os mesmos grupos também para estadias, mas à partida não sabem quem são. Agora, quem os vende no estrangeiro, eles são vendidos com um determinado preço e com determinado pacote, e quem os vende também deviam ser de alguma forma alertados para a situação que estão a incorrer. Já falei disso com o Senhor Secretário de Estado do Turismo, no sentido de ser possível em termos de diplomacia, não é fácil enquanto não houver a consciencialização dessas mesmas pessoas. Relativamente à D. Irina, o centro de apoio aos sem-abrigo, uma afirmação que fez não é verdade, não é administrada pela Câmara Municipal, é uma entidade privada, é apoiada pela Câmara Municipal, não administrada, pelo que sei o CASA distribuía as refeições naquele local e já deixou de distribuir, a pedido da Câmara para evitar que se fizesse barulho, no entanto, fica aqui uma referência para falar com a senhora Presidente da direção do CASA, no sentido de demover essas situações, porque aquelas instalações já estão ali há bastantes anos, e só ultimamente é que tem



surgido esses problemas, nunca houve problemas de maior. Relativamente à questão do senhor Bruno Guerreiro e a Dra. Carolina, são questões que tem a ver com concursos públicos de apoios de praia, evidente que o júri é soberano até determinado ponto, numa determinada ação, com certeza que a Câmara é outro órgão, não é o júri, e evidentemente poderá ter alguma intervenção. O júri tem de responder e o tribunal também pode e deve responder, nós não dominamos os prazos do tribunal, nós só temos de responder ao tribunal se o tribunal nos solicitar documentação ou alguma informação. Depois o senhor Ricardo Correia sobre a questão das piscinas, como sabe as piscinas tiveram legionella, portanto, é uma questão de saúde pública, uma questão de salvaguarda e cautela com a questão dos usos. Penso que estão praticamente para reabrir, no sentido de continuar com a sua atividade, mas não é caso único de piscinas de determinada cidade estarem encerradas. Há uns meses, as piscinas de Olhão também estiveram fechadas durante algum tempo e quando se trata de legionella não pode ser uma questão de menos importância, tem de ser com algum peso, enfim, temos de ter algum cuidado com isso."

Vice-Presidente: "Boa noite, penso que a questão dos apoios de praia já foi aqui suficientemente abordada, portanto, não vou referir-me a eles, o senhor Presidente também já abordou, mas vou só esclarecer aqui uma questão da legionella, que tem a ver com o seguinte. Efetivamente, as piscinas municipais estão e bem, de acordo com aquilo que é o estrito cumprimento das regras emanadas da Direção-Geral de Saúde, estão já encerradas ao público, porque não é permitido a utilização dos balneários e, portanto, nem os balneários nem os acessos são de uso, não podem ser permitidos a sua utilização de acordo com aquilo que é a informação enviada pela Direção Geral de Saúde e pelo delegado de Saúde. O que é que sucedeu? Sucedeu que, por constrangimentos de treino, o Futebol Clube de Ferreiras solicitou à Câmara Municipal autorização para utilizar apenas e só o plano de água. Ato imediato, nós encaminhamos esse mesmo pedido do Futebol Clube de Ferreiras para o senhor Delegado de Saúde, o qual respondeu efetivamente se manifestasse e só naquelas condições de utilização do plano de água sem utilização dos balneários, não existia qualquer tipo de impedimento e, portanto, essa é a razão objetiva. A nossa preocupação é com a segurança dos munícipes e seguramente nunca iríamos abrir um espaço desportivo, seja ele qual for, se tivermos aqui alguma dúvida relativamente àquilo que é a segurança para os nossos munícipes. Temos uma boa notícia, efetivamente hoje senhor Presidente recebemos um telefonema, não há indícios por agora de legionella ativa nas piscinas municipais, desde o princípio do ano até agora,



foram desenvolvidas quarenta e sete ações para mitigar a legionella, entre as quais a substituição dos tanques exteriores e, portanto, neste momento, estamos só à espera de um ofício formal, da Senhora Delegada de Saúde e, portanto, creio que nos próximos tempos, teremos boas notícias para os nossos munícipes e isso significará, naturalmente, a abertura das piscinas municipais.” -----

Presidente da Assembleia: “Antes de passar ao ponto antes da ordem do dia, gostaria de dar duas indicações, uma delas que não referi há pouco, é a de que, o senhor vereador Abel Zua me ligou, um pouco antes do início desta Assembleia, a informar que uma questão pessoal, o impediu de participar nesta Assembleia, e, que se considerasse reconhecido o motivo e justificada a sua falta. A outra situação, tem a ver com um pedido feito à Mesa, para um pedido de silêncio, (Doc. n.º 1 anexo a esta ata).” -----

O Presidente da Assembleia colocou à votação o pedido para um minuto de silêncio em homenagem aos Bombeiros que faleceram no combate aos incêndios que afetaram gravemente Portugal, que foi aprovado por unanimidade. -----

Fez-se um minuto de silêncio. -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

#### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Madeira: “Boa noite a todos, arrancamos mais ou menos agora o último ano deste nosso mandato. E acho que todos os anos e várias vezes por ano, faço esta pergunta a esta Câmara e vou voltar a fazê-la. Relativamente à estrada que leva do cemitério de Paderne até à escola e, ao novo bairro habitacional de Paderne, tem sido por várias vezes questionado aqui, na última reunião que falei nisto, dia vinte e quatro de junho e, questionei e até sugeri que seria uma boa altura para iniciar, uma vez que tinha terminado o ano letivo e que, não havia movimentação na escola, passou o verão, voltamos às aulas e as obras nada. Eu gostava de saber por parte deste executivo, qual é que tem sido a dificuldade para arrancar com esta obra? E se de facto, ainda vai ser feita durante este mandato?” -----

Luna Silva: “Saúdo todos os presentes, quero começar a minha intervenção com um agradecimento e grande reconhecimento a todos os nossos bombeiros que, com a maior bravura e a maior coragem combateram nas últimas semanas mais de cento e trinta e nove incêndios por todo o nosso território. Mais de cem mil hectares de floresta ardida.



Foram dias de grande luta para os nossos bombeiros e um verdadeiro pesadelo para todas estas famílias que viram destruídas as suas casas, os seus terrenos, o seu pasto, uma vida de trabalho, uma vida de sonhos. Assim, não podia deixar de começar a minha intervenção com uma palavra de grande apreço a todos os nossos bombeiros que, mais uma vez, estiveram sempre na linha da frente, sem medo e sem pavor para proteger estas populações, dando a sua vida e o seu corpo. Prosseguindo na passada Assembleia Municipal do dia nove de setembro, perguntei de forma bastante clara e direta ao Senhor Presidente se o terreno rústico que se encontra localizado na zona do Beco na Estrada de Santa Eulália, é propriedade ou não da Câmara Municipal de Albufeira, ao que o Senhor Presidente veio confirmar o efetivo direito real. Assim, e sendo este município proprietário do terreno, vossa excelência encontra-se na total legitimidade para responder, e eu, na qualidade de deputada encontro-me na total legitimidade de lhe colocar as seguintes questões, primeiro, tem a Câmara Municipal conhecimento ou não da instalação desta sucata no terreno? Segundo, está ou não esta sucata inserida de forma legal neste terreno?" -----

Mónica Coimbra: "Boa noite a todos, na nossa intervenção de hoje trazemos um livrinho muito caricato, intitulado de regras de conduta e boas práticas, com frases e comportamentos a adotar. Tenho aqui o livro, não sei se os presentes tiveram oportunidade de ler, ou de ver, metade do livro tem frases escritas em português e a outra metade temos frases escritas em inglês. Passo a ler algumas frases: "diz Albufeira para o nu: porque não te vestes tu? Lembra-te, não és nenhum rouxinol, somos belos e gostamos de o ser. Atenção, quem parte paga." Senhor Presidente, perguntamos qual o propósito e o alcance do livrinho? Os agentes do setor foram ouvidos, ou deram contributos? Qual o impacto e o efeito que se espera que o livro tenha? Onde, como e a quem foi distribuído o livro? É que nós tivemos muita dificuldade em conseguir arranjar o livrinho." -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Boa noite a todos, o assunto que me traz aqui são vários. Começar por um, na Assembleia passada houve aqui a célebre concurso que foi falado aqui sobre as podas das árvores e eu até fui das pessoas que disse, esperava não chegar à minha junta uma carta ou um e-mail a dizer que era competência da Junta, mas não só mandaram para mim, mandaram também para a pessoa que faz o pedido. Recebi um email referente à Rua dos Ferroviários, um senhor mandou um email para a junta e, eu dei a indicação para reencaminhar para o município, uma vez



que já deixei aqui pareceres a dizer que as árvores são da extrema competência da Câmara, portanto as árvores são competência própria da Câmara, a ANAFRE, a Associação Nacional de Freguesias, e entreguei o Senhor Presidente da Assembleia, entreguei ao senhor Presidente da Câmara, e já entreguei nesta Assembleia, já li esses pareceres. Então recebi um email dizendo assim da Câmara, de acordo com o protocolo da delegação de competências de janeiro de dois mil e vinte, segue em baixo ocorrência. Foi o que eles me disserem e mandaram para a pessoa a dizer que era da delegação de competências da freguesia, só que, desde dois mil e vinte, não tenho contrato nenhum assinado com o município, ou se há algum que eu não tivesse assinado, porque o que eu assinei foi a sete de outubro de dois mil e dezanove, foi no antigo mandato, que neste mandato ainda não assinamos contrato nenhum, nem foi negociado qualquer contrato. Tenho dito isto em várias Assembleias, agora fico estupefacto por receber isto. Ainda fiquei mais estupefacto hoje e, agradeço ao Senhor Presidente que me convidou para estar numa festa organizada pela Câmara, onde se enganaram ou se calhar como passo muito na freguesia da Guia. Mas ainda não vejo nenhuma festa na minha freguesia, mas sei que um dia destes a Câmara irá lá organizar uma. Depois, gostava de saber como é que está o ponto de situação do caminho dos caçadores, porque na Assembleia de Paderne falei sobre este caminho, que estava nos dois sentidos e a Câmara passou para sentido único, foi pedido aos proprietários para fazer lá uns alargamentos, foi construído um muro de suporte de terras para ter os dois sentidos. Já foi falado com pessoas daquela zona e continua por resolver e já há mais de dois anos que está por ser resolvido e a última intervenção que fiz foi feita em Paderne. Depois, voltando à estrada do paraíso, temos tido várias reclamações, tem sido falado aqui, em frente à oficina do senhor Balbino, tinha traço descontinuo e fizeram um traço contínuo, quando os reboques vão descarregar os carros sinistrados ou quando alguém estaciona ali ao lado, as pessoas têm de estar em transgressão, ou o próprio camião para descarregar tem que entrar em transgressão. Já foi falado várias vezes, aliás, a pessoa já fez várias reclamações ou exposições à Câmara, a Junta de Freguesia também e continua por resolver. Esta semana chegou outra marcação junto à escola primária de Ferreiras, fizeram descontinuo num, no outro de baixo não fizeram, para voltar no sentido de Albufeira tem de ir quase até Paderne porque o traço contínuo vai até ao cruzamento da estrada que vai para a estação, a estrada da Rua do Norte, a pessoa tem de fazer mais de um quilometro para voltar para trás. Onde tinha traço descontinuo passou a ter



continuo, aquela obra do Paraíso tem dado muito que falar e continua. Gostava de alertar para a falta de estacionamento que tem havido naquela zona, no mercado de Ferreira está a ser utilizado para estacionamento com o nosso consentimento, porque senão não sei onde os carros iam, quando a Câmara autorizou lá uma rodoviária, mas quando se autoriza, ou se faz tem de ter no mínimo o estacionamento para os carros dos funcionários. Portanto, acho que era uma boa altura para a Câmara começar a pensar naquilo, porque está a causar grandes transtornos. Agora vou falar de assuntos que foram tratados na Assembleia de Freguesia, depois irei fazer também por escrito, para enviar para a Câmara. Após as obras, onde foram retirados lugares de estacionamento, na Avenida doze de julho, já havia poucos nas Ferreiras, agora continua a haver ainda mais falta de estacionamento. A Câmara tem de pensar que aquela obra foi mal elaborada e tem de se arranjar soluções para as pessoas que são lá residentes. As passeadeiras foram retificadas, mas mesmo assim, ficaram como estão, à vista, não é, isso já não vale a pena estar a falar sempre no mesmo. As obras na rua da Igreja, perguntaram se são para breve, a rua da Igreja, rua do Norte, estamos a falar desde dois mil e dezassete, quando tomei posse, foram das primeiras coisas que dissemos, que aquelas ruas estavam quase intransitáveis, portanto, para já não falar na parte de cima da estação, a rua dos Matosos e caminho dos Matoso e as estradas das alfarrobeiras. Era para saber quando é que vamos ter essas obras." -----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, a bancada do PSD/CDS está solidária com aquilo que foram as vítimas dos incêndios e as suas famílias e queria deixar aqui uma reflexão que tem a ver com aquilo que está na mão de quem faz a legislação, de quem a propõe, de quem a aprova, mas também está na mão de todos os portugueses que é, enquanto não haver em Portugal uma alteração profunda legislativa nesta matéria, dificilmente deixaremos ter incendiários, pessoas que só poderão estar tresloucadas para cometer um ato daqueles. Eu não iria chama-los de terroristas, como alguém hoje chamou nas redes sociais, para ser tão radical, mas o que é certo é que tem que haver mão pesada para estas pessoas, porque não podem número muito pequeno de pessoas vir desta maneira ceifar vidas e Portugal continuar a permitir que todos os anos isto seja um clichê, muitos comentadores falam nesse sentido porque é quase como as festas de Verão os incêndios, parece que estamos a brincar, quer dizer, nós temos que levar, quando digo nós, os portugueses, temos que levar isto muito mais a sério e isso só se faz com uma alteração legislativa. Queria deixar aqui esta mensagem para vossa reflexão.



Passava então ao nosso concelho e começaria por parabenizar o município por aquilo que é um conjunto de intervenções que vieram no sentido daqueles acontecimentos tristes que tivemos na rua da Oura e em outras ruas, mas principalmente na rua da Oura e que também motivou o aparecimento deste movimento que eu muito saúdo e que em muitas das vossas ideias me revejo, não estou aqui a passar graxa em sapato nenhum, não tenho necessidade nenhuma disso. O que é certo é que quem é filho de Albufeira se revê efetivamente em muito daquilo que vocês defendem. E não quero dizer com isto também que o município não faz o possível e o impossível para melhorar aqueles aspetos que vocês evidenciaram e que se sabe que tem de ser melhorados. Eu queria aqui realçar alguns pontos que foram efetivamente melhorados, isso porque também me sinto nessa obrigação, porque tenho trazido a esta Assembleia, digamos que quase desde o início do mandato esta questão, a questão do código da conduta, sou dos deputados que fala nisso há três anos, a questão da videovigilância, que já está felizmente implementada e que só o facto de estar fisicamente implementada, digo isto com conhecimento próprio, porque me desloquei ao local da mesma forma que me desloquei quando não existia a videovigilância e constatei que já é inibidora de muitos maus comportamentos, portanto, certamente que depois de estar na sua plenitude em funcionamento, melhorará bastante aquilo que é esta matéria. Mas também aquilo que foi uma ideia que considero muito feliz, da criação daquelas brigadas de proximidade que estiveram das ruas mais movimentadas, nomeadamente no centro de Albufeira e na rua da Oura, compostos pela GNR, pela Proteção Civil, pela Cruz Vermelha e pela Polícia Municipal, perdoe-me alguma força se não me recordar, mas recordo-me destas quatro, foi as que vi passar por mim e que a presença dessas brigadas de proximidade já é também um fator não só inibidor de determinados comportamentos, mas também permite uma intervenção rápida no socorro e um dos casos eu presenciei, uma senhora que sentiu mal e que foi quase prontamente assistida pela Cruz Vermelha e, portanto, parece-me que foi uma ideia excelente a criação dessas brigadas de proximidade. Outra medida que foi implementada e que me parece que também resultou, mas que logicamente, poderá ser ampliada, foi a divulgação nos mupis pela cidade, a divulgação em folhas A4 e distribuição pelos estabelecimentos, aquilo que foi a cooperação com a Associação de Comerciantes, etc. E essa medida poderá ser naturalmente ampliada para que chegue a mais pessoas. E outra questão que também me apercebi também houve a distribuição desses panfletos pelos hotéis, o que me parece que aí é realmente o ponto fulcral, o turista quando chega ter acesso a essa



informação das receções e, portanto, congratular o Senhor Presidente, o restante executivo por aquilo que foram essas medidas tomadas no sentido de se digamos que, acabar com esses comportamentos que não dignificam a nossa cidade, que não dignificam a nossa região e não são nada abonatórios para quem cá vive todo o ano. Portanto, deixar essa nota. Outra questão que queria aqui dizer, diz respeito há possibilidade, e este é um assunto completamente diferente, da consulta dos processos de obras online e que decorre desta legislação, apelava aos técnicos municipais que pudessem efetivamente concretizar essa matéria, de forma que, à semelhança de outros municípios, se possa online consultar o ponto de situação em relação aos processos de obras particulares. A última questão, que não poderia deixar de falar, tem a ver com aquilo que é o decorrer de qualquer concurso público neste município, qualquer concurso público neste município obedece a um conjunto de regras que estão devidamente especificadas e obedece àquilo que é, sempre a existência de um júri que, naturalmente, terá a sua devida responsabilidade nas suas escolhas. Digo isto sem qualquer inibição, quer dizer, nós ouvimos, em várias Assembleias sempre a falar sobre o mesmo tema e a minha pergunta é, o que é que isso altera? Façam a pergunta por escrito ao júri, certamente que vão obter uma resposta, certamente que vão obter uma resposta e, portanto, vir aqui constantemente, eu magino porque vi o caderno de encargos e porque tenho conhecimento daquilo que são, de certa forma, o movimento nesses apoios de praia. Eu sei que certamente esses concursos públicos são altamente apetecíveis, mas isso não nos obriga a nós, deputados municipais, estarmos aqui frequentemente a ouvir esse tipo de questões, com o devido respeito, quer dizer há de certa forma que respeitar aquilo que são os prazos legais, respeitar aquilo que é a vontade de cada um, mas também ter a paciência de esperar por aquilo que são as decisões do júri que certamente está a apreciar da melhor maneira e que certamente por aquilo que me é dado a conhecer uma, obrigatoriedade legal, terá uma série de procedimentos para avaliar, não só um e, portanto, levará naturalmente este tempo. Fica aqui esta nota." ---

Raul Ferreira: "Os meus cumprimentos, antes de mais, quero começar por dar uma palavra solidária, à Dra. Ana Pífarro, que eu conheço pessoalmente e com quem trabalhei durante o período em que foi vereadora e, que reconheço uma pessoa diligente, trabalhadora e séria e, portanto, fica aqui a minha palavra solidária para ela, que teve de vir aqui defender-se de acusações, muitas vezes feitas no ar e sem qualquer fundamento e, sem conhecerem os processos. Depois disto, gostava também de lançar



aqui uma questão, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que tem a ver com aquela questão, que eu levantei na Assembleia de Paderne, aquando dos acontecimentos na rua da Oura, em que indivíduos andaram nus no estabelecimento e na rua e, eu lancei aqui a sugestão de fazermos uma petição para alterar o artigo cento e setenta do Código Penal, no sentido do mesmo passar a ser um crime público. Foi criada uma comissão, tanto quanto sei, eu não participei nessa Comissão. Gostava de saber o ponto da situação, porque as pessoas identificam-me com essa situação e, têm me questionado sobre o estado do assunto. Outra questão, que quero aqui levantar ao Senhor Presidente da Assembleia, hoje estou direccionado para si, Senhor Presidente, para quando é que é uma Assembleia participativa fora deste espaço? Aqui é agradável, mas numa outra freguesia, como aconteceu em Paderne e, que teve até bastante aderência da população. Para quando uma nova Assembleia?" -----

Domingos Coelho: "Boa noite a todos, a bancada do PS não pode deixar de subscrever algumas palavras que aqui foram referidas em relação ao trabalho abnegado e digamos que, muitas vezes quase por a vida é risco por parte dos bombeiros e, por outro lado, a solidariedade com as famílias que perderam os entes queridos e, também os seus bens. Em relação a algumas das intervenções que já foram feitas até por parte do público e até por alguns deputados, e em relação a estes acontecimentos ditos da Oura em junho, temos de reconhecer que alguma coisa foi feita, mas eu diria que o grande valor seria se essas atitudes, essas medidas, essas regras tivessem sido tomadas antes, de uma forma preventiva, porque depois dos acontecimentos, tomara que não se fizesse nada, então era o descalabro completo e o descrédito. Portanto, há que reconhecer que foi feito, mas teria muito mais valor, se tivesse sido feito preventivamente, antes, para que isso não acontecesse. E foi aqui já referido várias vezes, os regulamentos que tardam a aparecer, que estão sempre a ser sucessivamente adiados, os horários que lembro, que vem até da Assembleia Municipal anterior, a questão dos horários, a questão do dito comportamento e a questão do ruído que esse, digamos que é perfeitamente de brandar aos céus, porque é que não é cumprido? Gostava de trazer aqui duas questões, uma das quais já aqui falei, que tem a ver com a proliferação, a anarquia de fios e, de cabos elétricos e, de telecomunicações que existe pela cidade e pelas aldeias. Hoje é difícil desfrutar de uma panorâmica que não haja um fio ou um cabo, é quase impossível tirar uma fotografia que não apareça N cabos. E gostava de chamar a atenção, particularmente para Paderne, há um par de anos, a aldeia de Paderne foi objeto de um



projeto ainda no tempo da Telecom, em que todos os cabos aéreos foram metidos ou suspensos por paredes e importante, Paderne não tinha um único cabo no seu espaço aéreo. Hoje, Paderne está já a ficar, assim como todo o concelho. Penso que a autarquia tem autoridade para exercer a sua pressão e impor regras aos operadores, porque desde sempre ouvi dizer que para conduzir um cabo, o cabo tem de ir por ângulos retos e não pode fazer diagonais e atravessamentos dois e três no mesmo sentido e depois nem sequer são esticados, é uma anarquia, penso que é hoje das piores imagens, estamos quase que, eu diria, um tipo de cidade quase do terceiro mundo. Já agora, em relação a outra questão, que também tem muito a ver com Paderne, com os espaços do interior, tem a ver com as motos quattros, se na cidade há queixas dos TuckTuck, nas zonas rurais são as motos quatro. No tempo em que os safaris eram feitos em jipe, aquilo tinha ainda algum ar de quem ia observar o interior, a paisagem, os trabalhos que por ali se faziam, hoje nas motos quattros aquilo são autênticos circuitos de, diria eu, quase de gincana, de rali, em que danificam completamente os caminhos. Há dias estava num sítio no campo, a cadênciã era uma fila de moto quattros, em que levavam dezoito viaturas, de hora a hora, e o pó que aquilo levanta, para quem estava naquela zona tem que fugir daquela nuvem de pó, e o prejuízo que aquilo faz às árvores de fruto e a todas as atividades que se desenvolvem em volta dos caminhos e depois ainda por cima, esses caminhos são aqueles que são menos reparados, porque ficam no interior, são pouco, digamos, frequentados e, portanto, a questão é, e o que é que estes turistas do pó deixam, por exemplo, no caso de Paderne? Qual é, o retorno? É outra coisa que se também se devia tratar, porque se querem fazer rali que se crie uma pista." -----

Margarida Guilherme: "Muito boa noite, o que me traz aqui hoje, em primeiro lugar, é uma coisa lindíssima que temos na nossa cidade que, se calhar, não lhe damos muita importância, que é um símbolo que é a estrela, o símbolo desta cidade é uma estrela. Ora, uma estrela é algo de brilhante, é algo de sublime, é algo de elevado. A estrela desta cidade foi escolhida por políticos desta Câmara e foi escolhida sendo uma estrela e depois sendo uma estrela-do-mar, tem umas cores lindíssimas, está em várias rotundas, está nos veículos da câmara, eu fico maravilhada cada vez que a vejo. E quando aparece uma rotunda nova com o símbolo, acho que vi há dias mais uma, fico maravilhada, este símbolo diz muito sobre a Albufeira. Albufeira foi em tempos uma cidade muito brilhante, como o senhor Presidente disse aqui hoje não tem violência, eu diria que, se calhar têm de facto, um bocadinho, mas é em muito pequena escala, há sítios que têm



violência muito maior escala que Albufeira, mas continua a haver questões de segurança, questões de toda a espécie e o que eu gostaria de ver é que esta estrela, de facto, voltasse a brilhar, como já brilhou em tempos, aliás, eu e todos nós em Albufeira. Fiquei feliz para ouvir aqui uma senhora Susan, que falou muito calmamente, tem mais calma do que eu, e disse que, de facto, o grupo voltou a trabalhar, a fazer um trabalho solidário com o executivo, fiquei muito contente saber que o executivo em julho quando o grupo começou, já deu uns passinhos e agora vai continuar a dar e certamente que vão conseguir fazer códigos de conduta e tudo o que é preciso para que Albufeira volte a brilhar. Uma questão que eu não terminei, foi há algumas Assembleias atrás, suponho que em julho e, fui interrompida, porque acho que já tinha falado demais, é uma tendência dos professores, peço desculpa, eu estava na altura a falar sobre algo que me tinha acontecido naquele passeio, que demorou cerca de uma hora ou duas, aconteceram tantas coisas, desde chamarmos a ambulância para a tal menina que cortou o pé, até venda de estupefacientes, aconteceu-nos de tudo. Essa foi talvez a que mais me perturbou, foi que entre o princípio da Sá Carneiro e o fim, nós fomos até à praia da Oura a caminhar a pé, foi-nos oferecido droga várias vezes, foi-nos oferecido várias vezes a possibilidade de comprarmos estupefacientes, a mim, ao meu marido e à minha filha, as pessoas que se dirigiam nós, sem qualquer vergonha a perguntar se queríamos comprar os saquinhos com uma coisa lá dentro estranha, pressuponho que fossem estupefacientes. Eu pressuponho que esta questão já está a ser tratada pelo executivo, o senhor Presidente, tem de certeza consciência disto e, portanto, estou muito contente que esteja a haver esta colaboração entre o movimento cívico que pressuponho que também faço parte, porque na altura disse que queria fazer parte, mas tenho uma vida tão complicada, que ainda não participei ativamente, mas hei de conseguir participar. Em segundo lugar, uma questão sobre Paderne, que falava agora o colega deputado sobre também uns ralis que existem em Paderne, e existem vários ralis em Paderne, não sei se há Albufeira, sei que na ponte lá em cima, na Vasco da Gama fazem uns ralis em alta velocidade, velocidades suicidas ou assassinas, mas isto também acontece em Paderne, não serão estes veículos dos turistas destes veículos que falou agora o colega, mas em ribeira de Alte, por exemplo, há corridas de automóveis, não sei se sabiam, mas há corridas, às vezes depois da meia-noite, outras vezes durante o dia, numa zona terrível, portanto, eu pedia que, senhor presidente da Câmara pedisse à rede viária ou a quem tem isto sob o seu aval, que tratasse disto, que colocasse neste cruzamento, onde já houve uma senhora que



quase ficou sem andar, esteve longamente no hospital e em tratamento, porque alguém passa os stops neste cruzamento de ribeira de Alte, o cruzamento entre o caminho municipal mil cento e setenta e três e algo que se chama pelo menos no Google Maps, está assim, estrada da ribeira de Alte. Estão lá umas placas de stop, mas as pessoas não param no stop e na outra, que tem a prioridade passam em alta velocidade, e está lá uma placa que diz quarenta, mas as pessoas não passam a quarenta, passam a cem, cento e vinte, e já aconteceu este grave acidente. Está lá já uma placa colocada há muitos anos, a dizer cruzamento perigoso, o que é facto é que, também à minha frente, porque uso amiúde este caminho, já passaram várias vezes pessoas em motorizadas que não param no stop e, de repente, passa por nós alguém a cento e vinte, cento e trinta, cento e quarenta à frente do carro e, vai haver mais mortes ali, se não for feito qualquer coisa. Portanto, eu vinha pedir ou as tais lombas ou as bandas sonoras, as lombas redutoras de velocidade, que seja ali colocado qualquer coisa. Já houve pedidos de idosos, de residentes, de filhos desses idosos e nada aconteceu, queria só trazer este pedido." -- Carla Valério: "Boa noite a todos, isto é um tema que já vem aqui a ser debatido várias vezes e volto a referir que, o ruído nesta cidade continua a céu aberto, continua o ruído, o regulamento não é cumprido, a lei não é cumprida, não percebemos porquê, gostaria de obter uma resposta acerca disso. Todos os dias as pessoas ligam para a GNR para fazer queixa, os munícipes queixam-se imenso disso. Ainda gostaria de falar sobre os regulamentos, porque é urgente, é urgente que se tome uma medida, porque nós não podemos voltar a ter os comportamentos que temos tido no passado. Não podemos permitir que não haja respeito pela população, porque a população está muito cansada. Eu sei que isto também se passa em outras cidades, mas é urgente que os regulamentos venham cá para fora, é urgente que haja a auscultação pública, é urgente que se faça e que estejam prontos em fevereiro para todos termos um verão descansado e para todos termos alguma qualidade na nossa cidade, que é linda Albufeira." -----

Adriano Ferrão: "Boa noite, o que me faz hoje vir aqui são alguns pequenos assuntos, um deles é um apelo, que eu gostaria de fazer à Câmara, para sensibilizar a autoridade rodoviária no sentido de controlar melhor o comportamento de muitos veículos ditos TVDE, que são imensos e que têm um comportamento, sobretudo nas rotundas que pode vir a provocar e com certeza que já provocou alguns acidentes ou inconvenientes. Depois queria falar aqui que, em termos de complementaridade às medidas que a Câmara tomou



para realmente controlar aqueles comportamentos, indivíduos de indisciplina durante o verão por parte de alguma juventude que frequenta, sobretudo a noite, algumas cidades estão a tomar algumas medidas, já complementares a estas que nós conhecemos aqui agora em Albufeira e que depois de tomarmos o pulso e fazermos um balanço às medidas que estão a ser implementadas, se calhar, poderá vir a ser conveniente pensar noutras em termos de complementaridade, uma delas talvez aquela que está agora a ser falada em Lisboa, em que os comportamentos vão requerer-se de multas mais pesadas, multas significativas, sensíveis que, enfim, como qualquer multa é desinibidora desses comportamentos mais indesejáveis. Outra que ouvi falar, que é uma intervenção da polícia municipal, um pouco mais musculada do que aquela que existe nos quadros da lei, claro que está a ser debatido em termos de, até que ponto é que é o limite da ação da Polícia Municipal, mas, se calhar, até porque nós normalmente temos poucos efetivos da outra polícia, e então talvez que pudesse chegar essa autoridade a tomar medidas, talvez de retenção, até que se chame a autoridade devida, mas que possam reter o meliante, aquele que realmente se portou mal e que prejudica alguém. Por fim, eu quero deixar aqui que, em tempo de grandes desequilíbrios internacionais, que implicam condicionalismos económicos e vários e, que restringem os fluxos turísticos, sobretudo no que respeita à procura, Albufeira está de parabéns, pois neste verão acabou por não se ressentir quanto ao quantitativo da procura e, por alguma razão que tal sucede, e eu estou seguro que parte deste êxito se deve ao papel empenhado da Câmara Municipal de Albufeira, das suas instituições, dos seus empresários e, sobretudo também da sua população local. Por isto, todos os albufeirenses estão de parabéns, porque todo o êxito de Albufeira é também o nosso êxito, continua a ser a estrela, como disse aqui uma senhora deputada, que brilha e atrai turistas, cidade cosmopolita, com população crescente visível, sobretudo nas escolas e multinacional." -----

Sílvia Dias: "Boa noite, quero agradecer à Câmara Municipal de Albufeira pelo festival do piripiri na Guia e também pela limpeza do Jardim dos Sentidos. Pergunto, é se é necessário haver outro festival do Piripiri para voltarmos a ter aquele belo jardim limpo e organizado para os nossos fregueses o poderem utilizar à vontade? Outra questão, existe algum levantamento das casas móveis por freguesia no concelho? Normalmente vou fazer caminhadas, encontrei dois aglomerados na freguesia da Guia, perto Norte Via do Infante e na freguesia de Ferreiras, na Rua do Moinho." -----



Carla Vieira: “Boa noite a todos, eu não tinha nenhuma intervenção, mas efetivamente aqui um colega da bancada do MIPA obriga-me que intervenha. Relativamente à comissão que fala e da petição que lançou na passada Assembleia de vinte e quatro de junho, realizada em Paderne, efetivamente a comissão reuniu-se uma única vez, mas, curiosamente, e na expectativa de que tivéssemos uma base de trabalho, esta petição foi lançada por uma bancada, pelo Dr.º Raúl Ferreira, por quem estimo, naturalmente, mas que, curiosamente, e, até estou pasma, confesso, não havia nenhuma base de trabalho, não havia um documento, não havia um rascunho, não haviam tópicos para que a comissão pudesse iniciar os seus trabalhos. Por isso, em consenso, a comissão não reuniu mais nenhuma vez, aguardamos até ao momento de que seja enviada então, o dito documento, para que tenhamos uma base de trabalho, para que possam prosseguir os trabalhos e chegemos a bom termo.” -----

Raul Ferreira: “Volto a pedir a palavra para, de certa forma, responder ou tentar esclarecer a senhora deputada, que muito estimo, é minha colega Dra. Carla, efetivamente, eu penso que a comissão serviria para lançar essa base e para elaborar o documento para a petição, penso que seria esse o objetivo. Efetivamente, por vontade do meu movimento não fiz parte da comissão, lancei a ideia, e esperava que os senhores deputados, alguns até com formação jurídica, tivessem a capacidade e, a vontade de fazer esse trabalho, mas se não têm essa base, desde já disponho-me a colaborar convosco, de forma a resolver esse tão grave problema que é a falta da base de trabalho que eu penso que a única coisa que eu tinha lançado era tornar o crime que é semipúblico, em crime público. Estou à vossa disposição para esse efeito.” -----

Carla Vieira: “Caro Dr. Raul, agradeço a sua resposta e a sua intervenção, contudo permita-me que lhe diga também que, não há aqui nenhuma deficiência, digamos assim, intelectual da nossa parte, efetivamente, eu até que aconselhava o ilustre colega de profissão e de Assembleia a ver no YouTube a sessão onde interveio, de uma forma muito clara, os termos e condições em que seria realizada e elaborada a petição. Por isso, foi também com surpresa que a comissão reuniu e, Vossa Excelência não estava presente. Por isso, permita-me que o desafie, a enviar para a Assembleia, na pessoa do Senhor Presidente, para que possa encaminhar então para a comissão o documento base de trabalho para que possamos então elaborar o documento em conformidade.” -

Presidente da Assembleia: “Eu gostaria de responder ao senhor deputado Raúl Ferreira. Fico muito admirado quanto ao conteúdo da intervenção que proferiu, uma vez que o



Presidente da Assembleia Municipal foi instado a constituir uma comissão, o que fez quase de imediato e, logo que foram indicados os elementos para essa comissão, e pasmo que tendo sido o MIPA, um dos impulsionadores dessa comissão, ou dessa petição, enviou alguém que não tem qualquer formação jurídica, que não fazia a mínima ideia do que estava lá a fazer. É estranho que se faça este tipo de intervenções e, eu vou aqui referir que, da próxima vez, quando houver um pedido para ser constituída uma comissão, a mesma será constituída com uma base de trabalho, porque caso contrário, estamos todos a perder tempo. Fazer uma petição daquela índole, para quem não tem conhecimento, é algo extremamente delicado, simplesmente porque a Assembleia da República recebe as petições em função do número de assinaturas e, do tipo de petição pretendida e, algumas dessas petições, nem são lidas ou tidas em conta. Só a partir de sete mil e quinhentas assinaturas é que as petições vão a plenário. Estamos a falar de sete mil e quinhentas assinaturas, quando, por exemplo, o grupo cívico que foi constituído, conseguiu reunir três mil e quinhentas. Eu diria que, um movimento alargado da sociedade civil, obteve três mil e quinhentas, pelo que, há que definir os parâmetros e não, desculpe o termo, atirar o barro à parede. Fico até estupefacto, porque os senhores têm um elemento nessa comissão que podia comunicar aquilo que se passou nos trabalhos da mesma, logo essa questão parece-me completamente fora do contexto. Quanto à outra questão, vem a tempo, porque a próxima Assembleia vai ser realizada em Ferreiras e, já estava combinado com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia e, com o senhor Presidente da Câmara. Não estamos a fazê-las uma a seguir à outra para permitir algum tempo. Como são quatro freguesias, vamos fazer esta segunda nas Ferreiras e, será feita uma terceira na Guia e depois a última será realizada em Albufeira." -----

Presidente da Câmara: "Para responder à senhora deputada Carla Madeira, relativamente à Rua da Escola de Paderne, essa rua já esteve em concurso, o empreiteiro a quem era para ser adjudicada a obra, não apresentou a documentação necessária, de maneira que esse processo está suspenso por essa razão, mas a qualquer momento é posto em andamento ou é repensado um novo procedimento e, com certeza que, a qualquer momento avança essa pavimentação. Relativamente à senhora deputada Luna Silva, eu disse que o terreno à partida era da Câmara e, sei perfeitamente que, está lá uma sucata e que, tem já um auto de contraordenação, auto de notícia, processo de contraordenação e, a Guarda Nacional Republicana está a acompanhar este processo e,



já fez intervenções lá. Agora, num destes dias quero falar com o comandante do destacamento para ver qual é o caminho e, em que pé é que está a situação, se já houve mais alguma evolução relativamente àquilo que já tinha havido em tempos. A senhora deputada Mónica Félix falou aqui no livrinho que, tem algumas regras de bom comportamento, se acha que aquilo não é, não sei se utilizou os termos menos agradáveis, eu nunca os iria utilizar, embora seja um avaliador, na minha vida sempre fui professor, mas nunca classifiquei um aluno assim dessa forma, mas qualquer das maneiras é o que me vamos ouvindo, aquilo que foi com base numa campanha feita pelo IPDT, uma entidade do Porto e que, eventualmente, talvez a união das várias em livrinho possa não ser a melhor, mas o que é certo é que os dizeres que lá estão seja em português, seja inglês, penso eu que é mais um contributo, não resolve tudo, assim como alguém falou há bocado nos regulamentos, os regulamentos também não vêm resolver tudo e, como eu tenho dito várias vezes, há muita pequena coisa que resolve uma grande coisa, portanto, daí que é preciso que tenhamos em conta que não há um deitar água benta por cima do problema e resolver o problema com água benta. Isso não acontece, nem nunca vai acontecer. Se não formos todos conscientes, porque quando se diz aqui, o senhor deputado Domingos Coelho, disse que, resultou eventualmente naquilo que se fez, resultou, mas devia ter sido antecipado. Assim, temos de prever tudo aquilo que vai acontecer daqui a cinco ou seis anos é quase impossível, são comportamentos que não têm surgido assim de maior e nem continuaram, agora estar a prever já aquilo que vai acontecer no próximo ano, no próximo verão, não consigo prever, até pode acontecer coisas completamente diferentes. Não é isso que ajuda a deitar o nome de Albufeira abaixo e, quanto mais se fala de uma forma negativa pior é. Recordo de Albufeira é o concelho do Algarve tem mais hotéis de cinco estrelas, é dos concelhos que tem mais hotéis de quatro estrelas, é dos concelhos onde há muito mais gente, não podemos comparar nem podemos tirar o pormenor pelo geral. O pormenor da Rua da Oura, que faz falta atenção, tem de ser, é devidamente enquadrado, são extremamente jovens, são jovens de quinze e dezasseis alguns deles, é preciso entender aquilo que está ali e penso eu, que muito pouca gente entende aquilo e, só vê aquilo de uma forma nua e crua, sem analisar e sem refletir um pouco sobre o que está ali. Eu digo várias vezes que, aquilo é extremamente fácil de resolver, se todos quiserem resolver o problema, é preciso que todos queiram, quando alguns não querem, os do lado direito remam para a frente, os do lado esquerdo remam para trás, o barco não vai, nem para um lado, nem para outro, parte-se. Portanto, acho



que é bom que, tenhamos essa consciência e que, ajudemos todos a resolver o problema. E se alguém consegue prever aquilo que vai acontecer para o ano, diga que é para começarmos já a trabalhar nesse sentido, para evitar esse problema. O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Jorge do Carmo, falou na Rua dos Caçadores, há mais de dois anos. Há mais de dois anos não é verdade, porque a Rua dos Caçadores só tomou um sentido quando o Giro começou, lembro-me perfeitamente disso, fui eu que estive nessa decisão. Apesar disso, após a Assembleia de Paderne, fui lá com o engenheiro Batalha, verifiquei a largura do caminho e nem todo dá para cruzar dois carros, há lá situações que têm de ser regularizadas e quando forem regularizadas passará a ser de dois sentidos, enquanto não forem regularizadas é um sentido. Relativamente à estrada do paraíso, evidentemente que há determinados pormenores que não foram tidos em conta na pintura, a pintura de quem vira para a Rua das Flores, essa rua também não tinha o tracejado houve várias pessoas que pediram logo, no dia a seguir a que foi pintado e dois dias depois estava pintado. O senhor Balbino, também já lhe disse que, dentro de poucos dias vai ser pintado, isso são assuntos de pormenor, de menor importância, até nem é muito digno que sejam tratados nesta Assembleia, que isso é um assunto relativamente fácil. Relativamente à escola primária, não sei qual é a escola primária que está a falar, a estrada do paraíso não passa ao pé de nenhuma escola primária. A Rua da Igreja, está já em procedimento para poder ser pavimentada e regularizado aquele pavimento. O deputado Carlos Quintino falou na questão da consulta dos processos de obras online, isso está para muito breve, a situação ficou um bocado constrangida por via das plataformas eletrónicas que nem sempre colabora com aquilo que se pretende, mas penso eu, por aquilo que me dizem está para o próximo. Registei aqui com um certo sentido, a questão da cablagem aérea que vai aparecendo pelos nossos ares, acho que é um exagero e vamos ter de tomar medidas realmente, senão qualquer dia, passo o termo, parece ou sítio que não Portugal. A deputada Margarida Guilherme falou nas questões das velocidades, das placas de velocidade, da restrição, proibição de velocidade a mais de um determinado número de quilómetros hora, os stops que não respeitam, pois não sei, toda a gente pede para se colocar lombas, é quase impossível colocar lombas em todo o lado. Mas num sítio ou noutra vai-se pondo, mas depois também ultrapassam, nas lombas de almofada quadrada passam ao lado, se se puser aqueles pinos a amarelos e pretos partem aquilo rapidamente, enfim, isto faz parte do civismo de uma sociedade e de uma comunidade, realmente é um bocado complicado. Relativamente à



questão da venda de produtos ilícitos, a Guarda Nacional Republicana está a par disso e tem feito algum trabalho nesse sentido, que é a ela que compete essa situação. Relativamente ao senhor deputado Adriano Ferrão, falou na polícia municipal mais musculada, a polícia municipal serve para aquilo que serve e, não serve para os efeitos que às vezes nós pensamos que sirva. A polícia que faz esse papel, aqui no caso de Albufeira é a Guarda Nacional Republicana." -----

-----  
Raul Ferreira: "Tenho de começar por dizer a esta Assembleia que não foi minha intenção diminuir intelectualmente qualquer membro da comissão. Efetivamente o que eu quis aqui expressar foi a minha preocupação, tenho sido interpelado no sentido de saber se teria sido feita alguma coisa relativamente à questão que levantei na Assembleia de vinte e quatro de junho. Mas, com a posição do Senhor Presidente e da senhora deputada Carla, vou tomar uma atitude e, vou ao fim ao cabo reformular aquilo que tinha dito. Não vou mais tocar no assunto, acho que é um assunto importante a existência de uma petição no sentido de alterarmos esta questão do artigo cento e setenta, para tornar num crime público, mas vou fazê-lo pessoalmente, por outras vias, talvez com outra Associação, com outro grupo, com alguém que demonstre mais interesse em resolver esta situação." -----

-----  
Domingos Coelho: "Das palavras do Senhor Presidente da Câmara, até parece que a bancada do Partido Socialista está aqui no bota-abaxio, eu lembro que, se há bancada que mais sugestões tem apresentado e até hoje nenhuma foi considerada, e podia enumerar meia dúzia delas, as nossas votações têm sido sempre pela positiva, as nossas intervenções têm sido de crítica e a seguir sugestões, porque quando eu disse há pouco, se as medidas tivessem sido tomadas preventivamente, talvez as coisas não tivessem acontecido, isto é tão simples quanto isso. Se houvesse regulamento das ditas condutas e comportamentos, se houvesse regulamento cumprido do ruído, se houvesse a questão dos horários mais reduzidos, se as autoridades tivessem presentes como tiveram depois, se os empresários tivessem sido sensibilizados, penso que isto tudo era possível, portanto, eu não estou aqui a dizer que tinha que adivinhar, tinha que tomar medidas, se tomou à posteriori, podia ter tomado antes. Parece que, a nossa posição aqui de oposição é também de crítica, mas a crítica foi feita sempre de forma respeitosa e sempre crítica pela positiva. Nunca aqui algum deputado do PS, dos que fazem parte agora da bancada teve aqui uma atitude menos respeitosa e, teve sempre críticas pela positiva. Porque,



parece que sugestões que se dão, todas aquelas que pessoalmente tenho dado, é uma forma contribuir para a melhoria da situação ou as sugestões se aplicadas vão piorar a situação? Parece que não, portanto, eu lamento a referência que o senhor Presidente fez." -----

Luna Silva: "Não poderia deixar de dar aqui uma nota sobre a pequena reflexão lançada pelo meu ilustre colega Carlos Quintino, que me deixou bastante satisfeita em saber que, afinal a bancada do PSD/CDS entende que, de facto, deve existir uma alteração legislativa nesta tipologia de crimes. Entendimento, que é curioso ser bastante idêntico e comum ao do partido Chega. Senhor Presidente, após confirmação da existência de um auto de contraordenação, quero entregar à Mesa um requerimento com o seguinte pedido." (Doc. n.º 2 anexo a esta ata) -----

Presidente da Câmara: "Apenas para responder ao deputado Domingos Coelho, não falei nos deputados do PS, atenção, não disse absolutamente nada disso. E não entenda que, seja só tudo pela negativa, não disse nada disso. Evidentemente que há uma coisa ou outra, gostava de ouvir também que é feito uma coisa, mas, é sempre um mas, portanto, evidentemente que aceito e, acho que é extremamente importante todas as sugestões que são propostas, evidentemente, umas serão aceitáveis, outras não são adaptáveis, umas são de aceitar, outras não são de aceitar, é mesmo assim e sempre foi assim. Não está aqui em causa dizer que os deputados do PS, estão aqui apenas no bota-abaixo, nunca ouviu essas palavras da minha da minha boca, nem irá ouvir, com certeza. Só para dizer e, para esclarecer isso, de maneira nenhuma, só estou a dizer é que, não se consegue prever tudo aquilo, em termos muito objetivos e muito concisos, saber aquilo que vai acontecer daqui a sete ou oito meses, evidentemente que se conseguíssemos prever o que é que iria acontecer, talvez conseguíssemos resolver mais, de uma forma genérica, tudo aquilo que está a ser feito, também é, com o contributo para evitar que essas coisas aconteçam, se vai evitar ou não, também não se sabe, não fazendo não evita, fazendo pode evitar ou pode não evitar." -----

Mónica Coimbra: "Senhor Presidente, ouvi atentamente a sua resposta e fiquei muito triste com o que oíço, pois raramente o Senhor Presidente responde às minhas perguntas e, a minha intenção nunca, nunca é ofender ou criticar, é sim de ajudar, fiscalizar, porque é por isso que estou aqui e, raramente o Senhor Presidente dá-me uma única resposta. Eu fiz-lhe seis perguntas e não me respondeu a nada. Só disse que eu utilizei palavras



menos boas, que eu acho que não utilizei, sinceramente, é sempre a mesma resposta Senhor Presidente.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia informa que o ponto três será retirado da Ordem do Dia conforme solicitado no ofício da Câmara Municipal com a referência S-CMA/2024/19696. -----

## ORDEM DO DIA

### PONTO UM

Tomada de conhecimento dos apoios concedidos às Juntas de Freguesia do concelho; -- O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

### PONTO DOIS

Tomada de conhecimento referente à Informação Semestral Económica e Financeira; - O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Vieira: “Relativamente ao ponto número dois, o relatório da informação financeira referente ao período de, trinta de junho a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e três, ou seja, referente ao primeiro semestre de dois mil e vinte e três e, por sua vez, a todo o ano dois mil e vinte e três. Além de nos causar algum espanto e perplexidade, e de notar que só passado mais de um ano é que nos apresentou o relatório do primeiro semestre de dois mil e vinte e três, de verificar que só foi concluído a cinco de dezembro de dois mil e vinte e três e, a ser apresentado para conhecimento da Assembleia, passados mais de quatro meses do encerramento das contas do ano dois mil e vinte e três. Com este atraso na prestação e apresentação destes relatórios questionamos, como pode o município ter tomado decisões? Qual o motivo deste atraso? Tendo em conta que o Senhor Presidente teve o pelouro da gestão financeira do município durante quase vinte anos, gostaria que nos esclarecesse o que significa ter um rácio de



solvabilidade de setecentos e sessenta e três por cento em dois mil e vinte e três, pois, na literatura financeira, utiliza-se a unidade para aferir a bondade ou falta dela para este rácio. No relatório do ano dois mil e vinte e três, verificamos que continuam a ser verificadas e referidas deficiências na valoração dos ativos e no cadastro dos mesmos, situação que já tinha sido referida nos anos anteriores, sem que se corrigissem procedimentos ou valorizassem os ativos. O que está a ser feito, Senhor Presidente, para debelar este problema que tem impactos diretos nas demonstrações financeiras? Existe também uma chamada de atenção para que existam o acompanhamento efetivo das concessões do município para os parques de estacionamento P 5 e P 6, do crematório, EDP e Giro. Quem faz este acompanhamento e de que forma? Continuamos a ver um excessivo gasto em despesas correntes, enquanto as despesas em capital, em obras e infraestruturas representam catorze por cento da despesa total, o que vem ao encontro do que temos vindo a afirmar, desde o início do mandato e que os números efetivamente não desmentem. As despesas com pessoal representam vinte e nove por cento da despesa total e, as despesas com aquisição de bens e serviços representam quarenta por cento, o que somado representa cerca de setenta por cento das despesas do município, sendo que muitas delas são fixas. Este caminho que parece sem retorno, pois temos alertado sem que nos dessem ouvidos. Excessiva dependência de serviços externos e terciarização de quase todos os serviços essenciais e não só, é inoportável para as finanças do município, que terá de recorrer ao aumento da receita ou por meio de empréstimos ou de aumento de impostos e taxas, como já aconteceu com taxa turística. E como todos se recordam, no início do mandato que à data foi reprovado na Assembleia Municipal, a intenção do executivo era aumentar os impostos municipais, nomeadamente a taxa da derrama e o IMI. Recorde-se que a Albufeira é entre os municípios de média dimensão, o segundo maior com receita apenas ultrapassado por Loulé, o que revela bem que o nosso problema não é falta de receita, mas sim falta de planeamento e gestão da despesa." -----

Domingos Coelho: "Relativamente a este ponto, queria pedir um esclarecimento ao Senhor Presidente, na página oito de dezanove, no ponto três um cinco, outras contas a receber, tem discriminado valores a receber por parte do IMI, que não tem grande significado em termos de valor, mas depois aparece outros acréscimos de rendimentos com sete milhões e trezentos mil, ou seja, os outros têm sete milhões. Penso que isso deveria discriminado, eu presumo, presumo que aqui estará o valor de faturas de água



por receber, que o ano passado rondava os cinco milhões e agora aparece aqui com sete milhões, mais um milhão e duzentos mil, do que no ano anterior, portanto, isto é o relatório de trinta e um de dezembro. Gostaria de saber, se aqui está ou não, o valor de água por receber? E para além desse, que outros valores estão a receber? Depois para constatar, já que estamos a falar de água que, apesar de tudo, a Câmara, de vinte e dois para vinte e três vendeu ou recebeu mais de oitocentos mil euros, do que no ano anterior, em dois mil e vinte e dois, tinha se arrecadado, nove virgula quatro milhões e, em vinte e três, arrecada, dez virgula dois milhões, mais oitocentos mil euros. Depois outro número, e tem a ver até com questões levantadas aqui anteriormente, diz aqui no relatório que em relação ao ano passado gastaram-se mais quatro virgula cinco milhões em despesa corrente, isso joga, depois com se calhar a falta na despesa de investimento." -----

Luna Silva: "Não obstante o ponto em questão, tratar de ser uma tomada de conhecimento, existem alguns tópicos que quero reportar, por entender serem duvidosos face à omissão de informações. Veja-se para o caso, o dito no relatório de informação económico financeira, trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e três, na página cinco epígrafe situações identificadas, é possível verificar que, mais uma vez surgem ativos cuja valorização não é possível de aferir. No decurso do nosso trabalho, identificámos um conjunto de ativos cuja sua valorização não foi possível aferir. Estes ativos são maioritariamente bens de domínio público e bens cedidos em direito de superfície, assim como na página dez, condições associadas aos subsídios obtidos, como base o nosso trabalho, não nos foi possível obter evidência da auditoria suficiente e apropriada que nos permita garantir a existência e plenitude dos montantes registados como rendimento a reconhecer, nem sobre a respetiva ausência de montantes associados à rubrica de devedores por transferências e subsídios, pelo que não nos pronunciamos sobre o eventual impacto que esta situação poderá ter no balanço da entidade. Estes pontos já são reincidentes nos relatórios económicos anteriores e denota-se aqui uma clara falta continua de colaboração entre a Câmara Municipal para junto da entidade responsável pela elaboração do documento, a Sociedade de Revisores de Contas Dfk Associados Limitada, que uma vez mais, apresenta relatórios com informações omissas." -----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, independentemente de ser uma tomada de conhecimento e face a algumas afirmações que aqui foram proferidas, não queria deixar



de dar algumas palavras sobre este assunto. Partindo daquilo que é uma questão que me parece que é absolutamente clara, este relatório é feito por um técnico independente, pelo ROC inscrito na CMVM e, daquilo que é a sua análise financeira, o que nós podemos concluir é que a Câmara tem saúde financeira. Ok, não seriam estas as opções a tomar pelas outras bancadas, respeito isso, mas são opções políticas e por isso é que a população escolheu o executivo que está em exercício e, portanto, com o devido respeito àquilo que são as opiniões das outras bancadas, não vejo neste relatório em nenhum parágrafo escrito algo em contrário, que não sejam indicadores que dão saúde financeira a este município. Ressalvo, o ponto três um sete um, que nos diz que, há um rácio de trinta de junho que, ascende a setecentos e sessenta e três solvabilidade e, no três um sete dois, autonomia financeira que nos diz que há um rácio de oitenta por cento a trinta de junho de dois mil e vinte e três. Portanto, se compararmos aquilo que são esses indicadores com outros relatórios que eu tive o cuidado de ir ver na Internet, de outros municípios chegamos à conclusão que não é fácil, não é fácil encontrarmos um município com esta saúde financeira. O resto são opções políticas e, eu respeito aquilo que são as ideias das outras bancadas, mas é por isso que a população votou neste executivo, para que tenha as suas opções políticas e este é um relatório que nos dá claramente indicadores de que há saúde financeira neste município." -----

Presidente da Câmara: "De uma forma genérica e transversal a todos os membros que fizeram intervenção, quero dizer à deputada Luna Silva que aqui na parte final, DFK, empresa que fez esta revisão oficial de contas, diz "gratos pela boa colaboração no decurso dos nossos trabalhos", quer dizer, com uma boa colaboração entre os funcionários desta Câmara e a empresa que fez esta auditoria. Conforme o senhor deputado Carlos Quintino diz, isto realmente é demonstrativo o que está aqui é o reflexo de um conjunto de opções que são tomadas, se se pinta de amarelo ou se se pinta de branco é uma opção, é uma opção que custará o mesmo dinheiro se for só no aspeto da tinta, mas se for noutra aspeto são opções completamente diferentes, mas isso faz parte da vida política, e é mesmo assim, cada pessoa tem um gosto, cada grupo age de uma determinada forma, evidentemente que pode ser criticável e aceito essas críticas e essas as suas sugestões. Agora de alguma forma estar a dizer que está aqui um pouco, enfim, que não está muito transparente, no entanto isto está de acordo com as normas dos revisores oficiais de contas e, que assim o fazem obrigatoriamente. Queria também



dizer que a questão dos impostos, já foi falada aqui, é bom que se diga e repito e, é de repetir várias vezes, há muitos anos a esta parte, nós temos tido as taxas mais baixas, não só no IMI, na derrama, na devolução do IRS, que devolvemos o máximo possível que é cinco por cento, dos direitos de passagem que é zero por cento, enfim, uma série de impostos que são todos na taxa mais baixa, não há possibilidade de ter mais baixo, portanto, não vale a pena virem para aqui dizer que Albufeira tem os impostos, não tem nada, não é verdade. A questão da taxa turística, é outro problema falso, todos os municípios estão a aderir à taxa turística, ainda há dias aderiu Setúbal, a Figueira da Foz, Aveiro, Coimbra. Mas nós aqui somos diferentes dos outros? A taxa turística é para quê? É para ter intervenção, investimento, seja em obras e empreitadas, que não é só o investimento de agora, já não é só em cimento e tijolos, nem blocos, é também investimento em ações, isso também é um investimento nas pessoas, na ação social, no apoio aos mais carenciados, uma apoio à educação, no apoio à cultura, no apoio à promoção turista, isso são investimentos que se fazem, não são aqueles investimentos que nós estamos habituados a ouvir no vocabulário, investimento é tudo aquilo que se constrói em alvenaria, não é só isso já. Não é só isso. O investimento é um termo muito mais abrangente e muito mais lato que aquela restrição daquele termo investimento que era antigamente, e cada vez mais vai ser de maneira diferente. Aliás, os fundos europeus, os vários quadros comunitários que se tem seguido uns aos outros, neste momento o vinte trinta, o vinte vinte, por aí fora, andando agora para trás, todos eles têm vindo em decrescendo daquilo que é o investimento, vias de comunicação, canalizações de água, edifícios de cultura, edifícios de educação, edifícios de saúde, enfim, agora há uns edifícios que estão realmente em investimento e na atualidade, é a habitação, que é as escolas, o aumento das escolas por causa do aumento das pessoas, por causa do aumento dos emigrantes, por causa do aumento da mão de obra, por causa do aumento atividade económica, que é a atividade turística, só por isso é que há necessidade de escolas, se não fosse isso, não havia necessidade de escolas, e ainda bem que elas existem, que existe essas necessidades, é porque? É porque temos mais atividade e, essa mais atividade, vai ter como consequência o aumento de pessoas que estão cá, pessoas que vieram para cá, que não eram de cá. Eu faço recordar, antes da crise financeira bancária de dois mil e oito, dois mil e nove, nós tínhamos as escolas todas a funcionar em regime normal. Depois houve aquela crise, durante dois ou três anos, que nos obrigou a ir ter aquele programa de apoio à economia local, que era o PAEL, que também aderimos e,



depois pagamos tudo dentro de poucos anos, já passou, já não há dívida nenhuma sobre isso. Imediatamente a seguir à crise, por volta de dois mil e doze, começaram regressar os emigrantes, porque a atividade económica começou a florescer novamente, começou a subir, começaram a vir os imigrantes, começaram a vir os filhos de imigrantes, começaram a ocupar as nossas escolas, resumido, estamos nesta situação, enquanto naquele período de tempo que houve a crise, as escolas ficaram com salas vazias, muitas salas vazias, quase em todas as escolas havia pelo menos uma sala vazia e, depois começou a haver o contrário, porquê? Há estes fluxos de migratórios, que é o caso, porque há atividade económica, porque se não houvesse atividade económica não estava cá gente, tínhamos escolas com fartura e não estávamos aqui a discutir a falta de salas de aula para as escolas, a falta de salas para creche, ainda bem que é assim, ainda bem que há necessidade de improvisar, ainda bem que há possibilidade de fazer revisões de orçamentos, a revisão do orçamento são precisamente o epílogo de uma situação que não se conseguiu prever no início do ano, ou antes do fim do ano, por causa do orçamento, mas depois tem que se fazer uma revisão, ainda bem que se faz. Era bom que houvesse mais revisões, isto é dinâmico, não é estático." -----

Domingos Coelho: "Para recordar ao senhor Presidente, que a questão que eu levantei da página três de dezanove, dos tais sete milhões virgula três em que aparece tudo aqui englobado, porque diz que outros acréscimos, a questão que eu coloquei, por hipótese, se isto é o valor de água a cobrar? Ou seja, não tem sentido que uma informação destas apareça desta forma, um valor de sete milhões e está desagregado, penso eu. Já agora dizer que, ninguém disse que os impostos municipais estão altos, nunca aqui ninguém disse, aliás, este meu contributo aqui é, no sentido da Câmara até poder arrecadar mais alguma verba, este meu alerta, portanto, nunca aqui se disse por parte do PS que os impostos estavam altos, nunca, e ainda bem, portanto, a nossa postura é construtiva, agora não podemos é dizer que isto é o céu e mais qualquer coisa." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

### PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente à **Concessão da Rede de Transportes Urbanos de Albufeira (rede Giro)** -



Aprovação da minuta de contrato interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar com a Comunidade Intermunicipal do Algarve - AMAL, no âmbito do serviço público de transporte de passageiros para aplicação do Programa Incentiva + TP nos serviços de transporte municipal urbano de Albufeira; -----  
 O ponto foi retirado da Ordem do Dia. -----

#### **PONTO QUATRO**

Apreciação e deliberação, sob proposta da câmara Municipal, da autorização prevista no n.º 1 do artigo 13.º, do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, referente à proposta de **“Alteração à delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Aldeia de Paderne”**; -  
 -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) André Lima -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Teresa Neto, Domingos Coelho, David Ferreira, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

#### **PONTO CINCO**

Apreciação e deliberação, sob proposta da câmara Municipal, da autorização prevista no n.º 1 do artigo 13.º, do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, referente à proposta de **“Alteração à delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Antigo de Albufeira”**; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: “Dizer que, de facto, é bom que haja este regime jurídico das ARU's, mas a questão que eu coloco é um pouco noutra sentido, se a Câmara tem feito a



publicitação, a divulgação destes regimes jurídicos? Porque tenho falado com muitas pessoas, eu falo nisto e as pessoas ficam, até enfim, houve casos em que as pessoas estavam em obras, podiam beneficiar e não sabiam dessa possibilidade. Portanto, o que eu acho é que é criado este regime jurídico, muito bem, agora deve ser divulgado da forma de todos os meios que a Câmara tem ao seu dispor e já agora perguntar se há algum estudo, alguma estatística que nos diga quantas pessoas, quantos projetos foram para a frente, aprovados e executados neste âmbito?" -----

Presidente da Câmara: "Ouço essa sugestão, acho que é importante clarificar às pessoas e informá-las, porque isto sem o contributo das pessoas também nada funciona. O arquiteto Eduardo, com certeza, uma tomou boa conta da sugestão e vamos tratar da publicitação disto para, pelo menos que as pessoas não aleguem desconhecimento deste regime." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) André Lima -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Teresa Neto, Domingos Coelho, David Ferreira, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

### **PONTO SEIS**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da proposta "**Programação para 2025 – A ACTA – A Companhia de Teatro do Algarve**"; no valor de 18.000,00€; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----



**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) André Lima -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Teresa Neto, Domingos Coelho, David Ferreira, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

### PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da **Candidatura "Estabilização da Arriba e Requalificação de Muros entre a Praia dos Pescadores e a Praia do Peneco"**, no âmbito do Aviso n.º PACS-2024-3 - Proteção e defesa do Litoral - ações materiais e imateriais, com o valor de 2.901.067,90€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Vinha fazer uma sugestão, antigamente aquilo pertencia à parte Marítima, agora penso que esta orla toda já pertence também à Câmara e à APA, portanto, fazer a sugestão do passeio marginal, uma vez que vão requalificar as arribas, aquelas rochas, está ali uma certa parte que estão instáveis também, e era refazer o passeio marginal como havia ali antigamente, eu acho que não é muito difícil fazer, porque ele está partido, mas está praticamente feito." -----

Carla Valério: "Relativamente a este ponto, acho que tem o objetivo de garantir a proteção do litoral e das suas populações face aos riscos da erosão costeira e para contribuir para a proteção e conservação da linha da costa, bem como a segurança das habitações e dos acessos pedonais e vários contínuos. Praticamente nasci aqui nesta zona, cresci aqui, penso que irá ser intervencionado com betão projetado, associado a pregagens, tem aqui uns termos técnicos que eu não entendo muito bem, mas pronto,



com aditivo colaborante, cujo espectro de tonalidades visam a integração paisagística da obra, confundindo-se o mais possível com as formações geológicas envolventes. Enfim, a minha intervenção é no sentido que sim, tem de haver intervenção para reabilitação das arribas e cuidado, mas que a solução que está proposta não descaracterize a nossa cidade, porque no passado a nossa cidade já tem sido de bastante descaracterizada. Ainda ali na rua de trânsito pedonal, na esplanada Doutor Frutuoso da Silva, realmente os painéis de vidro existentes apresentam alguns sinais de deformação e oxidação da caixilharia. Na minha opinião, os muros que existiam antigamente eram muito bonitos, eram muros branquinhos, não sei qual será a intervenção se vão mudar o que lá está, mas na minha opinião, manter-se a traça dos muros antigos que estavam a antes do Polis porque eram uns muros muito bonitos, branquinhos e caracterizam bem a nossa cidade de Albufeira." -----

Domingos Coelho: "Dizer que esta intervenção é, digamos que o ex-libris da cidade, penso que deve haver o máximo de cuidado nesta intervenção, porque estamos a falar da praia do Peneco à praia dos Pescadores, porque numa opção, de cimentar toda aquela zona, penso que é um erro crasso. Na documentação, fala-se que os arbustos, as salgadeiras criam fissuras, bom, claro que criam fissuras, mas há milhões de anos que estão as salgadeiras e ainda está lá a arriba, não é? Portanto, obviamente que há soluções técnicas, a questão é, penso que é simples, devia fazer-se um estudo paisagístico para todo aquele espaço que vai desde o elevador do Peneco até ao chamado Pau da Bandeira, inclusivamente àquele espaço das escadas rolantes que está ali, cimento a céu aberto, digamos assim, quando aquilo pedia ter um arranjo que integrasse toda essa área, num arranjo paisagístico e só depois é que avançar para a consolidação das arribas. Não é fazer ao contrário, ou seja, vamos projetar ali o cimento por todo o lado e, a praia de Albufeira é só cimento de uma ponta à outra? Portanto, penso que deve haver o máximo cuidado e passará, na minha opinião, por um estudo paisagístico, um estudo de pormenor para aquela zona." -----

Presidente da Câmara: "Com certeza que os técnicos que terão a seu cargo o projeto desta intervenção, tal qual como o da praia do Peneco já foi intervencionada há uns anos, com certeza que vão ter esse cuidado, vão ter isso em conta, não tem causa, aliás, até porque há aqui, um binómio de duas entidades que é a APA e a Câmara municipal, portanto, há aqui mais olhos a observar e a ver e com cuidado que são, com certeza, tidos em conta. O que interessa é realmente fazer, porque se estamos à espera de fazer



muito mais coisas, aquilo que qualquer dia há um aluimento de terras e de falésia que põem em perigo não apenas a beleza, mas a segurança das pessoas e dos bens e das próprias casas." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) André Lima -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Teresa Neto, Domingos Coelho, David Ferreira, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

## PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos do Concurso Público para a Prestação de Serviços de Desinfestação no concelho de Albufeira**, pelo valor de 244.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) André Lima -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Teresa Neto, Domingos Coelho, David Ferreira, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira,



Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

### PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos do Concurso Público, com Publicação no JOUE para Fornecimento de Energia Elétrica em BTE e MT para os Edifícios do Município de Albufeira**, pelo valor de 3.753.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Relativamente a este ponto, penso que devia ser introduzido um critério neste concurso que favorecesse uma empresa que apresentasse uma percentagem de energia renovável a fornecer ao município, penso que assim é que se combate, digamos que, os combustíveis fósseis e, assim é que se promove a descarbonização e a transição para as energias renováveis, porque, tal como está uma empresa que queira apresentar numa proposta uma percentagem maior de energias renovadas, até provavelmente, sai desfavorecida." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: duas (02) Mónica Coimbra e André Lima. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Teresa Neto, Domingos Coelho, David Ferreira, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----



O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos dez e onze e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

#### PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da **3.ª Revisão - Alteração Modificativa das Grandes Opções do Plano** (Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes) 2024-2028; -----

#### PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da **3.ª Revisão - Alteração Modificativa ao Orçamento e ao Plano Orçamental Plurianual 2024-2028**, incluindo a 3.ª alteração ao Mapa de Pessoal, incluindo Plano de Recrutamento; --

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Relativamente a este ponto e no que respeita às GOP, queria chamar aqui a atenção para especialmente as rubricas de onde se retira na totalidade ou parte da verba que lá estava inscrita. Penso que isto tem algum significado, porque se formos ver, todas essas rubricas que aí constam no fim da página, de onde são retirados seiscentos e dezasseis mil euros na construção de fogos da quinta do bairros, cento e trinta e sete mil euros da construção de habitação social de Ferreiras, duzentos e dois mil euros na construção do cemitério de Ferreiras, isto totaliza novecentos e cinquenta e cinco mil euros, mais duzentos e sete mil euros na reparação da ponte da Estacada, também conhecida dos Barreiros em Paderne. Mais, sessenta e nove mil euros na ampliação do jardim de infância de Vale Rabelho, duzentos e dez mil euros na creche Quinta dos Pardais, isto soma um virgula quatro milhões, que são retirados, lá está, às despesas de investimento, ou seja, poder-se-á dizer que são necessários noutras rubricas, mas fomos ver rubricas que vão receber muito esta verba, são rubricas de despesa de funcionamento e despesa geral. E já que se falou aqui da taxa turística, acrescentar que há previsão de dois milhões da taxa turística, aparece agora dois virgula sete milhões, portanto, a minha questão é, porquê que se retira estas verbas? Se calhar não houve capacidade foi de execução." -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: "Boa noite a todos, venho falar um bocadinho sobre as GOP, como o senhor deputado Domingos Coelho falou, e vinha questionar o Senhor Presidente, em relação ao Jardim de Infância de Vale Rabelho, foi retirado esta verba, perguntar qual era o ponto de situação e, para além disso, vinha também falar de



algumas obras que estão, a meu ver, em falta para a nossa freguesia, obras essenciais, uma delas, nós já falamos muitas vezes aqui, que é o passadiço para o Shopping na Guia. Nós sabemos, já foi falado aqui que, está no Governo, mas acho que, a meu ver, nós temos de arranjar uma solução Senhor Presidente, e eu iria pedir aqui, se fosse possível uma reunião consigo e, com os técnicos da Câmara, porque acho que em conjunto conseguimos arranjar uma solução. Há lá terrenos paralelos, alguns pertencem à Câmara, acho que bem visto, já tive anos anteriores reuniões para tentar ver essa situação, seria pertinente e, se calhar, arranjávamos uma solução mais rápido. Visto que é uma zona bastante perigosa para os peões, inclusive, já tivemos de acidentes com vítimas mortais. Outra obra que é também fundamental para a nossa freguesia, é uma rotunda. Há pouco falamos das escolas, a escola da Guia é mais uma que está em crescimento, este ano a escola EB123 da Guia já ultrapassou, na primeira semana de aulas, eu visitei todas as escolas da freguesia e, essa escola tinha quatrocentos e noventa e sete alunos e que, nestas duas semanas, entraram mais alguns alunos, estamos a falar de aproximadamente quinhentos alunos, ou mais, onde os pais, todos eles vão deixar os miúdos na escola, vão dar a volta à rotunda, porque para lá é proibido e vão todos sair naquele cruzamento junto ao mercado municipal, e aí também já tínhamos falado, é urgente também a construção de uma rotunda para facilitar ali o tráfico e, melhorar a segurança de todos. Outra situação que eu gostaria de questionar, senhor Presidente, em relação aos terrenos que eu também já enviei para aqui alguns e-mails, com alguns terrenos que os proprietários estão dispostos a vender à Câmara, se já existe algum avanço? Se já foi alguma proposta, qual é o ponto da situação? E, por último, em relação à estrada municipal, salvo erro, quinhentos e vinte e seis que liga Vale de Parra a Albufeira, pela rotunda da carroça, que em Assembleias anteriores foi dito que, a obra iria se realizar depois do verão deste ano, saber qual o ponto da situação está tudo em andamento?" --

-----  
Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Gostava de dizer, já foi falado aqui das obras que foram tiradas da minha freguesia de Ferreiras, portanto, uma delas é o cemitério onde foi retirada uma verba substancial. É um cemitério que já está projetado em dois mil e dezassete, quando eu tomei posse naquela Junta, já fizeram um cemitério para animais e ainda não se conseguiu fazer o cemitério em Ferreiras. Outra obra fundamental também, os fogos de Fontainhas, vão construir uma pista de atletismo, já está praticamente inutilizada, estão lá só a fazer BTT ultimamente, mas já se fala



naqueles fogos há tanto tempo, que tínhamos de avançar, que é um projeto cofinanciado pelo Governo, neste caso pelo PRR, se vamos retirar a verba, era para saber também o ponto da situação que vai ficar esses fogos." -----

Carlos Quintino: "Esta minha intervenção vai no sentido da última que fiz, são opções políticas, eu queria destacar algumas ações que estão previstas com esta alteração, nomeadamente a aquisição de duas ambulâncias para os Bombeiros Voluntários de Albufeira, a reabilitação do Pavilhão Desportivo EBSA e da ESA e a recuperação da execução da sala polivalente e ATL na EB1 das Fontainhas, portanto, queria realçar estes pontos positivos e realmente, estes documentos não são documentos estáticos, são documentos que se vai gerindo à medida daquilo que são as necessidades prementes a realizar." -----

Luna Silva: "A terceira revisão do Orçamento apresentada hoje em sede de Assembleia Municipal continua a apresentar os mesmos moldes, a mesma estratégia e a mesma única cor, a cor laranja. Uma revisão vestida de uma má gestão financeira, de uma gestão irresponsável onde a receita apresenta um crescimento enorme face, o aumento do IMI, e agora a introdução da taxa turística no orçamento, mas que a entrega do valor dessa receita é encaixada mais uma vez em rubricas que o município considera como prioritárias, contrariamente àquelas que o partido Chega entenda como prioritário, nomeadamente a educação, a saúde e a habitação. As rubricas que deveriam apresentar uma soma no seu financiamento apresentam uma subtração. É retirado financiamento a rubricas essenciais, sem qualquer justificação ou sem qualquer menção de onde foi colocado valor que foi retirado dessa rubrica. As despesas continuam a apresentar valores elevados, quer em despesas correntes, quer em despesas de aquisição de prestação de serviços. A Câmara Municipal de Albufeira é uma Câmara totalmente dependente de serviços externos, não obstante o número elevado de funcionários a trabalhar para o município. É uma câmara que, apesar de ter um ativo a ascender os trezentos e vinte e sete milhões de euros, devido essencialmente ao aumento de saldo de caixa e depósitos bancários em aproximadamente dez milhões de euros, mantém, no entanto, a sua conduta de má gestão. Esta revisão vem mais uma vez, demonstrar que a Câmara Municipal não tem outra alternativa senão ponderar numa gestão alternativa, numa mudança que eu eleve o concelho e que salvguarde os interesses dos nossos munícipes, porque esta gestão é clara e evidente que não funciona, disse." -----



Raul Ferreira: "Estamos aqui a discutir as grandes opções do plano, penso que são opções políticas, como disse aqui a deputada Luna Silva e bem, são opções alaranjadas e temos de respeitá-las, uma vez que a votação do povo de Albufeira foi nesse sentido, no entanto, eu não posso deixar de fazer aqui um pedido e um alerta a este executivo, para quando a construção do equipamento de dimensão suficiente para espetáculos culturais e artísticos nesta cidade? Penso que será uma opção que não tem cor, gostava, possivelmente é uma opção que agrada laranjas, a rosas, azuis, portanto a diversas cores, penso que devíamos apostar e agora até com a taxa turística, penso que haverá certamente cabimento orçamental para essa construção." -----

Presidente da Câmara: "Respondendo ao deputado Domingos Coelho, relativamente à questão da retirada de algumas verbas de algumas rubricas, o problema não está em retirar verbas ou colocar verba, o problema está em que, tendo em conta a demora da entrega dos projetos finais e das revisões de projeto das várias, neste caso, das habitações, das escolas, tem sido um drama e, por isso, não podemos deixar lá valores para depois não serem cumpridos até ao final do ano. É quando se prevê que já não são gastos até ao final do ano, tem de se pôr noutra rubrica. Portanto, a gestão faz-se assim, se vocês entendem que isto não é uma gestão boa, se era gestão melhor ficar lá, por exemplo, setecentos mil euros no sítio onde já se sabe que não se vai realizar nada este ano, então isso é que era uma gestão boa? Quando esses setecentos mil euros podiam ir para outra rubrica para avançar. Isto é assim mesmo e, lamento dizê-lo, já disse isto várias vezes, estas circunstâncias são precisamente por isso, se há saídas de verbas, com certeza que ninguém está aqui para retirar, o projeto da Quinta dos Barros, já estão praticamente terminado, falta a revisão do projeto, que agora é uma situação que é obrigatória, depois do projeto de arquitetura e especialidades feita é preciso a revisão, entregue a outro gabinete que não aquele, obviamente, depois dessa revisão é preciso novamente comunicar ao gabinete inicial para colocar algumas alterações que o revisor do projeto tenha perspetivado e tenha sugerido e verificar se elas se adaptam ou não e depois é que vai a concurso, portanto, tudo isto demora tempo demais, com a agravante que neste momento, todos os municípios estão a fazer projetos, estão a fazer candidaturas, estão a fazer concursos públicos, ainda hoje, na AMAL falavam vários Presidentes de Câmara, a mesma coisa que eu disse, concursos ficam desertos, temos de voltar para trás, temos de reabrir novamente, esse dinheiro já não se gasta este ano, só se vai gastar para o ano, temos tirar o valor daquela rubrica para outra coisa que



esteja já facilmente de iniciar, portanto, é por isso que se tira de um lado, ninguém está aqui para dizer que não se constrói as habitações na Quinta dos Barros, ninguém está aqui a dizer que não se constrói os fogos das Fontainhas. Há quanto tempo é que já podia estar construída até e, não estão porquê? Porque tivemos um ano à espera de um parecer da IP, por causa da linha férrea e porque depois tivemos mais não sei quanto tempo à espera por causa das águas pluviais que não passava lá por causa da linha férrea. E quem é que fez a linha férrea? Não foi a IP? O terreno da Câmara já lá estava há uns anos. Por isso é que estas coisas atrasam, aquilo que não deviam atrasar, portanto, evidentemente não estamos aqui para cortar. Por exemplo, o aumento, não sei há quantos anos que comecei a fazer isso, já no outro mandato, a ampliação do jardim de infância de Vale Rabelho, por exemplo, comecei por adquirir um terreno, limítrofe ao jardim de infância, para permitir a ampliação, foi feito o projeto, está neste momento em revisão, foi retirado o dinheiro da rubrica porque estamos em final de setembro, outubro lançar o concurso, já não é feito nada este ano, praticamente. Daí que se tiram estes valores para se colocar noutras. Relativamente ao senhor Presidente da Junta de Freguesia da Guia, quero dizer que a questão do passadiço, como já disse também várias vezes, o passadiço que liga a Guia ao Shopping é da responsabilidade da IP, é da responsabilidade do Estado Central. Chamei a atenção numa reunião que tive com o senhor Ministro Galambas em Lisboa, no gabinete dele, entretanto ele saiu, como sabe, agora tenho uma reunião pedida já há um mês e meio com o novo Ministro das Infraestruturas, quero lhe apresentar um dos problemas é esse precisamente, há outros, nomeadamente a entrada em Albufeira, aquela variante de Albufeira. Relativamente à rotunda que dá acesso à escola, como já disse no outro dia, e é bom que se diga publicamente também, o projeto está feito, foi feito internamente, é só lançar concurso, por acaso não ficou nesta visão, deveria ter ficado para a obra ser feita este ano, infelizmente, não ficou. Relativamente aos terrenos para comprar, anteontem assinei uma escritura com um terreno junto ao sintético da Guia, portanto, com quase três hectares, portanto, é mais um que vai ser destinado, quando for possível para habitação. Relativamente à estrada quinhentos e vinte e seis, já teve em concurso, não sei se já foi para Tribunal de Contas, acho que sim, deve estar quase aí a chegar para se fazer a pavimentação toda, desde o limite do concelho até à estrada de Vale de Parra. Para responder à senhora deputada Luna Silva, isto não é uma gestão irresponsável, é uma questão responsável e com pensamento dinâmico e ativo, não é estático, porque se fosse um pensamento estático, fazíamos



orçamento em novembro e nunca mais lhe mexíamos, não fazíamos nada. Aí é que está, se pensa que isto é uma escrita de mercearia, não é, isto é perfeitamente dinâmico, tem contingências que nós não conseguimos dominar, nem conseguimos prever, está tudo em pânico com esta história dos empreiteiros que não concorrem, os empreiteiros que acham que os preços que estão a concurso, ainda hoje uma coisa que vem hoje do Antero Quental, que foi um concurso que foi aberto já e que ficou deserto, porque os concorrentes todos concorreram muito acima do valor que estava lá, teve que se aumentar o valor para agora ver se alguém concorre, porque senão ninguém concorre. Depois, como disse, temos uma outra figura, que é a revisão dos projetos, ainda por cima numa altura em que os projetistas estão todos cheios de trabalho, não respondem rapidamente, como respondiam aqui há uns anos, e mais a mais com a revisão a entupir outro projetista, isto está aqui uma situação muito complexas, não é tão linear e tão fácil como às vezes se possa pensar desse lado." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação. -----

#### **VOTAÇÃO PONTO DEZ:** -----

Votos contra: nove (09) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Luna Silva, Carla Valério, Sílvia Dias, Carla Vieira e André Lima. -----

Abstenções: três (03) Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Votos a favor: treze (13) Adriano Ferrão, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Teresa Neto, David Ferreira, Dário Pereira, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

#### **VOTAÇÃO PONTO ONZE:** -----

Votos contra: nove (09) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Luna Silva, Carla Valério, Sílvia Dias, Carla Vieira e André Lima. -----

Abstenções: três (03) Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Votos a favor: treze (13) Adriano Ferrão, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Teresa Neto, David Ferreira, Dário Pereira, Luis Afonso, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----



Mónica Coimbra lê declaração de voto. (Doc. n.º 3 anexo a esta ata) -----  
**Uma vez chegada à meia-noite o Presidente da Assembleia colocou à votação a continuação dos trabalhos, que foi aprovado por maioria.** -----

#### PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho referente à **repartição de encargos** do procedimento "**Empreitada de Execução de Coletor de Meia Encosta Poente**", pelo valor de 1.900.973,68€; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Carlos Quintino. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Teresa Neto, Domingos Coelho, David Ferreira, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

#### PONTO TREZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho referente à **repartição de encargos**, ao procedimento "**Concurso Público para Execução da Empreitada de Remodelação de Rede de Abastecimento de Água Rua Antero de Quental**", pelo valor de 900.000,00 € + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----



**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Teresa Neto, Domingos Coelho, David Ferreira, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### **PONTO CATORZE**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea p), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro referente ao **Concurso Público por lotes para a Atribuição de Concessão de Utilização do Domínio Público Marítimo, Instalação e Exploração de Apoio de Praia Municipal Completo com Equipamento Associado, para Lote 1: Unidade Balnear 1 da Praia das Belharucas — UB1, Lote 2: Unidade Balnear 1 da Praia da Oura — UB1 e Lote 3: Unidade Balnear 1 da Praia da Oura Leste — UB1;** -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Relativamente a este ponto, a nossa posição é idêntica à que tivemos aquando dos outros concursos que vieram aqui à Assembleia, e só para relembrar até para de algum modo justificar a nossa votação, relembrar que, por exemplo, no domínio da sustentabilidade energética é possível um concorrente, diz aqui nos descritores, não apresenta soluções de sustentabilidade energética, penso que isso não deveria acontecer. E no domínio da sustentabilidade da água também se diz, não propõe soluções para o uso sustentável da água. Penso que esta situação, não devia ocorrer, portanto, qualquer concorrente, no mínimo, devia ter aqui alguma ação no domínio da sustentabilidade da água e da energia. Por outro lado, nos pesos atribuídos, mais uma vez, discordamos que, por exemplo, a sustentabilidade de energia tenha um peso superior à sustentabilidade do uso de água. Penso que o uso da água é muito mais crítico do que o da energia, tanto mais parece que a energia já muito e diríamos barata agora. Com base nestes elementos, voltamos, digamos que, a renovar a nossa posição crítica e



ainda, por exemplo, no caso do desempate, mais uma vez, diz que o primeiro critério para desempate é a valia arquitetónica, consideramos que a avalia arquitetónica pode ser muito mais subjetiva do que, por exemplo, no domínio ambiental e até no domínio económico." -----

Luna Silva: "Tem sido um facto que, nas passadas Assembleias Municipais, foram vários os pontos de deliberação e de votação de concursos públicos para atribuição de concessão de utilização de domínio público marítimo, instalação e exploração de apoio de praia completo com equipamento associado. Hoje votamos para a praia das Belharucas, Praia da Oura e Praia da Oura Leste, mas devo relembrar o Senhor Presidente e a este executivo que, no dia três de julho de dois mil e vinte e quatro, o partido Chega remeteu via e-mail um requerimento a solicitar a listagem de todos os concorrentes ao concurso público da Praia Rocha Baixinha para o lote 1, UB1 e para o lote 2, UB 4 e até à presente data ainda foi rececionada qualquer documentação. Ainda, em plena Assembleia de vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e quatro solicitei os documentos do concurso da Praia dos Aveiros, Praia da Oura Leste, Praia de Santa Eulália, Praia de Maria Luísa, Praia dos Olhos d'água, lote 2 e lote 3 e até hoje nada foi enviado. Assim, não posso deixar de contestar esta conduta por parte da Câmara, que persiste em não cumprir com a lei da Lada que estabelece um prazo para o envio dos documentos e que a Câmara não se inibe em violar e, por tal, não me considero confortável em votar sobre qualquer concurso relacionado com concessões de praia, uma vez que a Câmara não tem interesse em divulgar aos deputados informações, procedimentos e resultados que se vão seguindo após a aprovação dos concursos. Isto é, o deputado vota a favor para que o concurso avance, mas quando pretende saber informações sobre o decurso após aprovação do concurso, a Câmara entende que não o deve de fazer, mas esquece que o deputado ter o papel de fiscalizar estes concursos antes e depois da sua aprovação, assim informo desde já que o partido Chega irá votar sem qualquer dúvida, contra." -----

Vice-Presidente: "É a última vez que eu venho mais uma vez explicar a questão dos concursos de praia, e é a última vez porque, de certa maneira, nós cumprimos com aquilo que foi o nosso objetivo e a nossa convicção, que era até onze de outubro submeter à Assembleia Municipal todos os concursos de praia para fazer valer um dado muito importante do nosso ponto de vista e que eu não tenho pejo em afirmar, aqui perante os senhores membros da Assembleia Municipal, que é a tentativa de salvaguardar o direito



de preferência das famílias que exploram os apoios de praia há vinte, trinta anos, que fazem daí o seu sustento, que muitos albufeirenses devem a ele a excelência daquilo que é a qualidade que é oferecida ao nosso turista e, portanto, é esse propósito de vir aqui hoje, este último lote que tem a ver precisamente com esse desígnio. Eu não quero alongar muito neste processo, mas também não posso deixar de fazer, ainda por cima com a intervenção do senhor deputado Domingos Coelho, eu fico estupefacto com estas intervenções, o senhor deputado Domingos Coelho foi o primeiro, inclusive a defender na altura que devia de ser mais de cinco por cento o valor cobrado no caderno de encargos, era pouco devíamos carregar ainda mais nos concessionários de praia para que efetivamente daí pudesse advir mais receita para o município, era pouco. Aqueles senhores que exploram os apoios de praia pagam muito pouco e, portanto, temos de carregar com os impostos e neste caso, com a taxa paga à Câmara Municipal, esse é um dado, fico feliz, porque a postura foi mudada, foi modificada e depois também não percebo a questão do critério ambiental. Sinceramente, não percebo, por uma razão muito simples, volto aqui dizer a ponderação que é feita nos cadernos de encargos tem quarenta por cento de valia económica, trinta por cento de valia arquitetónica e trinta por cento de valia ambiental e, portanto, também não percebo como é que se consegue vir aqui dizer que os concursos não contemplam no caderno de encargos critérios de respeito ambiental, é precisamente isso um dos pilares do caderno de encargos, é o respeito pelo critério ambiental, pela reciclagem, pelas águas residuais, pela energia solar, portanto, só se eu tive a ler um caderno de encargos que é completamente distinto, mas também vou deixar aqui uma salvaguarda, os cadernos de encargos são todos os mesmos, os critérios são todos os mesmos não se alteraram e, portanto, o que eu quero reiterar aqui mais uma vez, e há pouco não respondi é o seguinte, cumprimos com aquilo que foi o nosso desígnio, submeter à Câmara Municipal e à excelentíssima Assembleia Municipal todos os concursos de praia, estão terminados, todos os lotes são aqui apresentados e vamos garantir de certeza absoluta para aquelas famílias dos albufeirenses que muito dependem este negócio, que possam vir a usufruir desta possibilidade, deste direito de preferência e, portanto, é por isso que nós trabalhamos, para os albufeirenses e pela salvaguarda dos seus interesses." -----

Domingos Coelho: "Para responder ao senhor Vice-Presidente, eu não disse que não tem aqui fatores ambientais, e que não há aqui algum trabalho, aliás, em Paderne disse que havia aqui algum trabalho, agora o reconhecer que há aqui algum trabalho não quer dizer



que esteja de acordo com tudo, eu simplesmente li o que está aqui. O que eu disse foi que, é possível um concorrente, como diz aqui, não apresenta soluções de sustentabilidade energética, não apresenta soluções de sustentabilidade de água, está lido. Quanto à ponderação, foi o que disse, eu defendo que a percentagem dada à sustentabilidade de água deve ser superior à energia, é uma questão de opção e quanto a questão dos cinco por cento, eu defendi que a Câmara pudesse arrecadar mais alguns valores, se isso digamos que incomoda o executivo poder arrecadar mais alguns valores, pois o que é que eu diria." -----

Luna Silva: "Queria referir apenas que o Senhor Vice-Presidente não respondeu à minha intervenção. No entanto, se assim o diz que, o concurso que cumpre com a legalidade e que é cumpridor de todos os requisitos, não vejo qual é que é o fundamento para não me enviarem então a documentação. Queria apenas deixar aqui uma nota que, da mesma forma que o senhor vice-presidente ficou bastante estupefacto com as intervenções, eu também fiquei, eu também fiquei a ouvi-lo dizer que é a última vez que vem falar sobre este assunto, quando referiu que está pelo bem dos munícipes, mas este assunto já foi trazido por munícipes que tiveram de intentar, inclusive uma ação judicial para obter a documentação." -----

Vice-Presidente: "Só para esclarecer, acho que é importante esclarecer, não vou responder à senhora deputada, porque acho que já respondi, para dizer o seguinte, este caderno de encargos foi elaborado com critérios e, portanto, não houve aqui os técnicos da Câmara Municipal que se juntaram num dia à tarde e começaram a inventar aqui critérios de ponderação. E muito deste caderno de encargos, tem por base um concurso que foi aberto por uma entidade chamada Agência Portuguesa do Ambiente e, nós fazemos fé naquilo que são as Agências Regionais, que têm competência na matéria e pela qual nós assumimos a transferência de competências e, houve aqui uma junção de vontades e de critérios e de conhecimento técnico e, muito deste caderno de encargos foi feito com a Câmara Municipal, mas daí bebeu muito daquilo que foi o anterior caderno de encargos que já havia sido lançado pela Agência Portuguesa do Ambiente e, portanto, respeitando a entidade e a competência da Agência Portuguesa do Ambiente, acho que devemos respeitar, não devíamos questionar e foi nesse sentido que este caderno de encargos foi elaborado." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----



**VOTAÇÃO:** -----  
Votos contra: cinco (05) Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Luna Silva, Sílvia Dias e Carla Vieira. -----  
Abstenções: sete (07) Francisco Oliveira, Domingos Coelho, Carla Valério, André Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----  
Ausências: quatro (04) Raúl Ferreira, David Ferreira, Margarida Guilherme e Carlos Mendes. -----  
Votos a favor: nove (09) Adriano Ferrão, Carlos Quintino, Teresa Neto, Dário Pereira, Luis Afonso, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----  
 A proposta foi aprovada por maioria. -----

### PONTO QUINZE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos do Concurso Público com Publicação no JOUE para Fornecimento Contínuo de Frutas e Produtos Hortícolas para as cantinas Escolares do concelho de Albufeira, Jardins de Infância, escolas do 1.º ciclo do ensino básico e para outras atividades da Divisão de Educação, até ao limite de 440.00,00€ + IVA;** -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Teresa Neto, Domingos Coelho, David Ferreira, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água,



Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

**PONTO DEZASSEIS**

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos do Concurso Público com Publicação no JOUE para Fornecimento Contínuo de Refeições e Lanches Escolares para EB1/JI dos Olhos de Água, EB1 de Vale Carro, EB1,2,3 da JI da Guia, JI de Ferreiras e JI de Vale Serves**, até ao limite de 748.00,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raúl Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Teresa Neto, Domingos Coelho, David Ferreira, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério ,Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 00:20 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

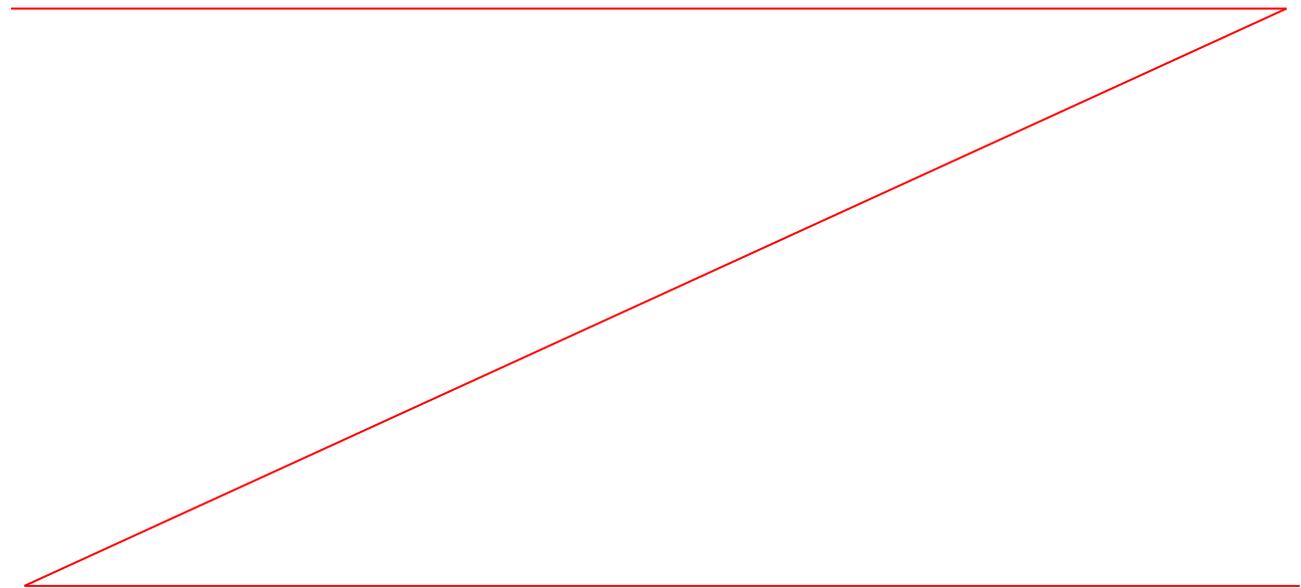
Albufeira, 27 de setembro de 2024 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

A PRIMEIRA SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

-----

O SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_



Doc. 1



Exmo. Presidente da Assembleia Municipal

- no período de intervenção dos deputados municipais, e em profundo reconhecimento do trabalho heróico que estes homens e mulheres fizeram.

A Sociedade do PSD/CDS propõe por este meio um minuto de silêncio em homenagem aos Bombeiros que faleceram no combate aos incêndios que recentemente afetaram gravemente Portugal

*[Handwritten signatures and text]*  
Teresa Reis  
Deleaser  
M. Z. M. M.  
M. S.  
M. S.



**Entregue em mão à Mesa da Assembleia no decorrer Sessão Extraordinária de Assembleia  
Municipal de Albufeira do dia 27 de Julho de 2024**

Emo. Senhor Presidente  
Da Câmara Municipal De Albufeira  
Dr. José Carlos Rolo

Na sequência da intervenção no período antes da ordem do dia, da eleita pelo Partido Chega, Luna Silva, venho pelo presente meio requerer a V' Exa para efeitos de consulta, <sup>de fiscalização</sup> o envio do ~~número do processo de licenciamento~~, ~~ou do~~ número processo de contra ordenação por falta de licenciamento, da sucata que se encontra instalada em terreno rústico propriedade da Câmara Municipal de Albufeira, sito no Beco do Sol, Estrada de Santa Eulália, freguesia de Albufeira e Olhos de Água, concelho de Albufeira.

Assinatura  
Luna Silva



**DECLARAÇÃO DE VOTO – Ponto 10 e 11  
Análise 3.ª Revisão Orçamento 2024**

Estamos perante a 3.ª revisão orçamental no presente ano, a que acrescem mais 24 alterações orçamentais até 05 de Setembro de 2024, demonstrando assim, que este orçamento vem na sequência dos demais e que foi mal elaborado desde início.

Um bom exemplo desse desnorte é o que aconteceu na segunda revisão ocorrida e aprovada pela maioria na Assembleia de 24 de Junho do presente ano, ou seja, à 3 meses atrás, foi feito um reforço da rubrica 0401239904 e agora, nesta revisão é anulada completamente esta rubrica. Como é possível, isto acontecer?

É que o valor, para reforço nesta revisão advém, na totalidade, desta rubrica, e a passagem para a outra rubrica da taxa turística 0202069904 – *Taxa Turística*, é de apenas 713.063,00€. Já detectaram um decréscimo, em 3 meses !! Como é que passaram de uma estimativa de 4 milhões de euros para 2,7 milhões de euros na receita da taxa turística? Será que as empresas não pagam esta taxa?

A ambição, mais uma vez falou mais alto.....

Em termos de despesas vemos, mais uma vez, um decréscimo com a aquisição de bens de capital no valor de 142.297,00€, onde na rubrica que mais temos falta de investimentos, HABITAÇÃO, existe uma anulação de 611.837,00€ e um aumento da rubrica 07011002 – *Equipamento básico /outra*, no valor de 500.000,00€.

Não se vê uma mudança de paradigma, um virar de página, uma aposta forte e consistente na saúde, na habitação e na educação. Não se vê, a aquisição de terrenos, que a autarquia afirma que não tem, para a criação de uma zona industrial, para construção de novos fogos habitacionais ou para a criação de um verdadeiro parque verde na cidade.

Continua-se a insistir nas despesas correntes, com uma grande predominância da aquisição de serviços externos e outsourcings para tudo e mais alguma coisa, em detrimento da utilização dos recursos humanos internos que podem fazer o mesmo trabalho, de forma mais célere, eficiente e eficaz, e que não acrescem custos ao Município.

Por estas e por todas as outras razões, que temos referido e alertado sobre estas matérias nos últimos 3 anos, o nosso voto é CONTRA.